

Safra de alimentos e cana deve ser recorde

O avanço do plantio da cana-de-açúcar para atender à demanda por biocombustíveis não deverá impedir a produção recorde de 140,8 milhões de toneladas de grãos na safra 2007/2008. A previsão é da Conab. O recorde também acontece no plantio da cana: 570 milhões de toneladas serão esmagadas este ano.

PÁGINA 5

Dilma confirma debate com senadores na quarta

A ministra-chefe da Casa Civil, Dilma Rousseff, participará nesta quarta-feira de audiência pública na Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. O tema do encontro serão as obras do Programa de Aceleração do Crescimento

(PAC), mas os senadores opositores deverão questionar a ministra sobre sua suposta participação na elaboração e no vazamento de um dossiê sobre gastos do ex-presidente Fernando Henrique.

PÁGINA 2



MAURICIO SPIRES/FLICKR

Vista da praia de Joaquina, na ilha de Florianópolis, capital de Santa Catarina: legislação confusa regula terrenos à beira-mar

cidadania

Bullying, a violência que atinge muitas crianças

Atos de agressão física ou psicológica, sem motivação, intencionais e repetidos, envolvem 45% dos alunos do ensino fundamental no país. As principais vítimas são crianças em torno dos 11 anos, com dificuldade de reagir.

PÁGINA 16

Proposta acaba com os terrenos de marinha

PÁGINAS 8 E 9

e mais...

AGENDA

Página 2

VOZ DO LEITOR

PERGUNTE AO SENADOR

AGORA É LEI

FOTO DA SEMANA

FRASES

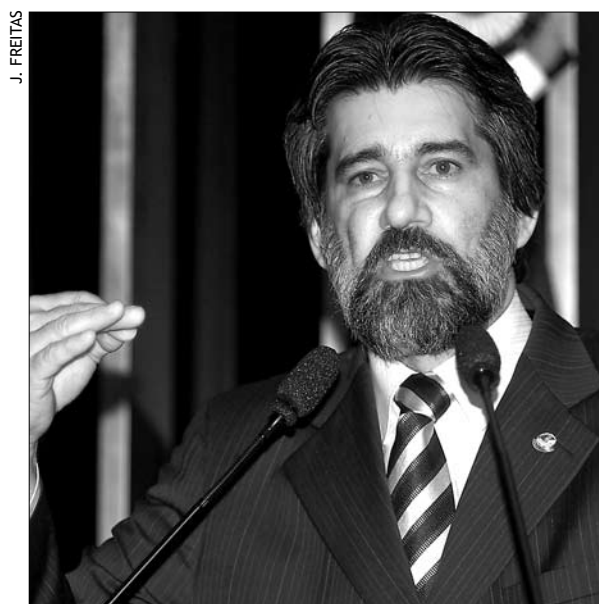
Página 13

A importância da imprensa para a democracia

PÁGINA 6

Mulher negra tem mais dificuldade em obter emprego

PÁGINA 7



J. FREITAS

Grau de investimento é bem-vindo, mas há riscos

PÁGINA 11

Valdir Raupp (foto), Alvaro Dias e Heráclito Fortes saúdam a obtenção do grau de investimento. Raupp prevê avalanche de recursos, mas Alvaro e Heráclito apontam riscos

COMISSÕES



Paulo Bernardo (E), deputado Mendes Ribeiro e Serys em reunião da Comissão Mista de Orçamento: ministro diz que crise norte-americana não influi na economia do Brasil

FOTOS: GERALDO MAGELA

Aumento de gastos com Previdência é insustentável, diz Paulo Bernardo

O governo federal não tem como financiar aumentos de gastos com benefícios do Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), declarou Paulo Bernardo ao comentar dois projetos de lei com essa finalidade aprovados no início de abril pelo Senado e encaminhados à Câmara: o PLC 42/07, emendado pelo senador Paulo Paim (PT-RS), estende aos benefícios da Previdência Social o mesmo percentual de reajuste concedido anualmente ao salário mínimo, enquanto o PLS 296/03, de Paim, extingue o fator previdenciário, um redutor aplicado no cálculo do valor de aposentadorias e pensões pagas pelo INSS.

Paulo Bernardo, no entan-

to, se dispôs a discutir o PLS 121/07 – Complementar, do senador Tião Viana (PT-AC), que regulamenta a Emenda 29, referente aos percentuais mínimos a serem investidos na saúde pública por municípios, estados, União e Distrito Federal.

– Os dois projetos que tratam de aumento de gastos da Previdência não são sustentáveis, a não ser que tenhamos fontes para financiá-los, ou cortes de despesas equivalentes em outras áreas. A própria Constituição diz claramente que não podemos aprovar um projeto desse tipo criando uma despesa permanente sem ter previsão de receita para sustentá-lo ou corte de despesas.

Servidores podem ter feito tráfico de influência

Os deputados federais Carlos Sampaio (PSDB-SP) e Indio da Costa (DEM-RJ) anunciaram na quarta-feira passada que 473 servidores públicos alocados em cargos comissionados são ou foram sócios de empresas que possuem contratos com o poder público. Essas mesmas empresas venderam bens e serviços pagos com cartões corporativos.

Sampaio e Indio afirmaram que o objetivo do levantamento, realizado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Cartões Corporativos, é o de descobrir se há entre esses servidores

quem tenha exercido “eventual tráfico de influência” para favorecer os estabelecimentos dos quais são sócios. Carlos Sampaio é sub-relator de sistematização da CPI, enquanto Indio da Costa atua como sub-relator de fiscalização de gastos.

Segundo Sampaio, existem casos em que é possível ao servidor ser sócio de uma empresa, desde que não exerça cargo gerencial. No entanto, “o princípio constitucional da moralidade não permite que o

poder público faça compras em estabelecimentos dos quais esse servidor seja sócio”.

– Entendo que isso ofende o princípio da moralidade, embora não conheça lei que proíba esse tipo de transação – declarou.

Os parlamentares destacaram que esses 473 servidores são sócios em 452 empresas (ou seja, há estabelecimentos com mais de um servidor como sócio) que possuem

contratos com o poder público e efetuaram transações com cartões corporativos. Eles informaram ainda que 1.104 portadores de cartões cor-

porativos realizaram compras nesses 452 estabelecimentos. E que as compras feitas junto a tais empresas com os cartões, entre o final de 2002 e o início de 2008, foram de cerca de R\$ 615,42 mil. Já o faturamento resultante dos contratos, entre 2003 e o início de 2008, teria sido de aproximadamente R\$ 651,13 milhões.

Segundo os dois sub-relatores, o levantamento não incluiu gastos sigilosos feitos por meio de cartões corporativos.

Para ministro, crise nos EUA não ameaça

O ministro do Planejamento, Paulo Bernardo, descartou qualquer possibilidade de impacto negativo da atual crise de liquidez do setor imobiliário norte-americano sobre o desempenho econômico do Brasil. Na terça-feira passada, ele esteve na Comissão Mista de Orçamento (CMO) para debater o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 2009.

De acordo com Paulo Bernardo, não há por que considerar exageradamente otimistas os parâmetros econômicos adotados pelo governo federal para elaborar a LDO para 2009. Ainda que informais, existem avaliações de

crescimento da economia norte-americana no primeiro trimestre deste ano, e banqueiros japoneses e europeus teriam reafirmado sua disposição de manter os investimentos planejados para o país nos próximos anos.

– Continuamos otimistas, sim. É bom lembrar que, no ano passado, quando viemos para cá discutir a LDO, também fomos acusados, entre aspas, de otimistas e acabamos tendo um crescimento de 5,4% do PIB, maior que o previsto, de 4,5% – ressaltou.

Em resposta ao relator do Orçamento para 2009, senador Delcídio Amaral (PT-MS), Paulo

Bernardo considerou improvável o Brasil não alcançar significativo grau de investimento nos próximos anos em razão da crise financeira internacional. O fato de o país estar recebendo elevados volumes de investimentos diretos externos – mais de US\$ 34 bilhões em 2007 – indicaria que o Brasil já vem sendo tratado por alguns setores como *investment grade* (grau de investimento).

No dia seguinte à audiência pública, a agência Standard&Poor's acabou confirmando a previsão do ministro ao elevar o Brasil ao grau de investimento, o que fez a Bovespa registrar fortes altas na quarta e na sexta-feira.

João Pedro: povo tem acompanhado trabalhos de CPI

A 92ª Pesquisa CNT/Sensus revelou que 57,9% dos 2 mil entrevistados têm conhecimento da instalação da CPI Mista dos Cartões Corporativos, que investiga denúncias de uso irregular de cartões do governo federal por funcionários públicos. Os dados foram divulgados na segunda-feira passada e, de acordo com o senador João Pedro (PT-AM), apontam que o povo tem acompanhado a CPI.

– Isso mostra que nós, senadores, temos o dever de buscar elementos para aperfeiçoar o uso do cartão e elaborar regras que visem coibir irregularidades. É isso que a sociedade espera e nós temos que fazer – declarou.

Dentre os que têm conhecimento da CPI, 57,8% acreditam que as apurações devem atingir os governos do PT ou do PSDB, indiferentemente. Os que consideram que a comissão examinará as denúncias de forma isenta somam 29,6%, enquanto os que não acreditam nessa hipótese representam 58,1%.

A pesquisa foi feita em 24 estados entre 21 e 25 de abril.

Dados do Google vão para Polícia Federal e Ministério Público

O presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pedofilia, senador Magno Malta (PR-ES), apresentou, na segunda-feira passada, o material encaminhado pelo Google com dados de suspeitos de veicularem pornografia infantil no Orkut. As informações – de caráter sigiloso e reunidas em um disco rígido e sete DVDs – serão agora encaminhadas para análise da Polícia Federal, do Ministério Público e do Senado.

– Essa é uma vitória do Brasil. São DVDs contendo muita lama, lágrimas, muito sangue, desagregação familiar e moral. E que, agora, serão pericidados para serem identificados os pedófilos e quebrado o sigilo telefônico para que se possa trabalhar contra eles – comentou Magno Malta, lembrando que os peritos poderão identificar tanto os responsáveis pelo envio quanto pelo recebimento das imagens.

O presidente da CPI anunciou que pretende apresentar projeto de lei para determinar a perda da condição de réu primário por aqueles que praticarem crimes contra crianças. E voltou a defender a tipificação do crime de pedofilia, como forma de

aperfeiçoar a atual legislação e assegurar a proteção dos menores.

– Existem artigos isolados no Estatuto da Criança e do Adolescente, no Código do Consumidor, no Código de Processo Penal. Mas não existe tipificação direta do crime, como “isso aqui é pedofilia e a pena é essa, a prática da pedofilia até tal faixa etária implica isso e aquilo e essa é a pena” – afirmou.

Malta avaliou ainda que o envio das informações pelo Google não representa a “quebra de privacidade” dos usuários da internet.



DVDs mostram desagregação familiar e moral, afirma Malta sobre material da internet

PLENÁRIO

FOTOS: MÁRCIA KALLINE



Garibaldi anunciou que correção da proposta que regulamenta a Emenda 29 é regimental

Projeto sobre verbas da saúde será corrigido

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, anunciou que será votada esta semana a correção do projeto de lei (PLS 121/07 – Complementar) do senador Tião Viana (PT-AC) que regulamenta a Emenda Constitucional 29, a qual fixa os gastos mínimos da União, dos estados e dos municípios com a área de saúde. Com o propósito de destinar mais recursos aos serviços de saúde, o projeto tem uma incompatibilidade entre dois de seus artigos, o que faz com que o setor, em vez de ganhar mais recursos, perca R\$ 5 bilhões.

De acordo com Garibaldi, já foi encontrada uma solução no Regimento para a incompatibilidade. O senador apelou aos líderes para

que a votação se dê por acordo, para poupar tempo. Somente depois disso é que o texto segue para deliberação dos deputados. O projeto foi aprovado pelo Plenário do Senado no dia 9 de abril.

Em carta enviada ao jornalista Josias de Souza, que teria identificado a incompatibilidade, Augusto Botelho (PT-RR), relator da matéria, observou que, felizmente, o erro foi descoberto a tempo de permitir o reexame da proposta. O senador apresentará novo parecer, retirando a emenda que provocou o equívoco.

Augusto explicou que a correção do PLS 121/07 pode demorar por conta do trancamento da pauta de votações do Senado por MPs, que ocorre desde 9 de abril.

Plenário deve retomar as votações nesta terça-feira

A falta de quórum provocada pelo feriado do Dia Internacional do Trabalho (1º de maio) e o protesto da oposição, que se recusa a apreciar medidas provisórias que tratam da abertura de créditos extraordinários, impediram votações no Senado na semana passada.

Após reunião com líderes partidários na terça-feira, Garibaldi anunciou que os senadores estão prontos para votar, esta semana, matérias sugeridas pelos próprios líderes. E informou que partidos já lhe enviaram listas de matérias consensuais para analisar neste semestre.

Alvaro Dias (PSDB-PR) e José Agripino (DEM-RN) explicaram

que a oposição está disposta a colaborar, mas exigirá votação nominal enquanto o Supremo Tribunal Federal não se pronunciar sobre a ação que questiona a validade de medidas provisórias que abrem créditos.

– O que a oposição não admite é votação simbólica – advertiu Alvaro Dias.

Agripino acrescentou outra exigência para votar MPs: a análise da tramitação das medidas.

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), espera desobstruir a pauta de votações.

– Vamos nos organizar para terça-feira termos o número necessário, votarmos as MPs e liberarmos a pauta – ponderou.

Congresso aprova créditos de R\$ 2,17 bilhões

O Congresso aprovou na quarta-feira dois projetos (PLNs 2 e 3, de 2008) que abrem créditos de R\$ 2,17 bilhões para os ministérios das Cidades, dos Transportes, da Integração Nacional, da Educação, do Meio Ambiente e do Turismo e para a Secretaria Especial dos Portos.

Os projetos permitem que mais de 600 emendas parlamentares apresentadas ao Orçamento de 2008 sejam cumpridas. Segundo a líder do governo no Congresso, senadora Roseana Sarney

(PMDB-MA), os parlamentares haviam apresentado as emendas a programas do Plano Plurianual (PPA) 2008-2011, mas alguns deles, criados por emendas individuais, acabaram vetados pelo presidente da República.

Sem programas, as emendas deixaram de existir e não foram executadas. O governo enviou, então, os projetos abrindo créditos especiais para os ministérios, aproveitando as emendas parlamentares. A maioria delas destinou-se ao Ministério das Cidades,

o projeto foi votado na mesma noite em que, por acordo de líderes, foram aprovadas outras duas propostas (PLS 42/07 e PLS 296/03) que tratam de gastos previdenciários. O primeiro estende a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) os mesmos reajustes concedidos ao salário mínimo, enquanto o segundo extingue o fator previdenciário – mecanismo de cálculo que reduz o valor dos benefícios para aposentadorias precoces.

O governo não concorda com os projetos, alegando que os senadores estão criando despesas permanentes sem prever as receitas. As matérias aguardam votação na Câmara.

Mesa analisa novas regras para Conselho de Ética

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, reúne-se na terça-feira com a Comissão Diretora da Casa para analisar, entre outros itens, parecer de César Borges (PR-BA) a projeto que muda as regras de funcionamento do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

Pronto para ser examinado no mês passado, o parecer teve um pedido de vista coletivo.

Uma das preocupações de César Borges, em seu parecer, é que o processo contra um parlamentar tenha realmente base jurídica e não venha mais a ser instaurado fundamentado em notícias de jornais.

Mercosul reage a críticas a biocombustível do bloco

O Parlamento do Mercosul deve aprovar, em sua próxima reunião, declaração rejeitando a tese de que a produção de biocombustíveis na região leva à queda na oferta e ao aumento no preço dos alimentos no mundo. A moção foi proposta pelo novo presidente da Representação Brasileira, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), na abertura da 9ª reunião plenária do Parlamento na semana passada. A proposta foi enviada à Comissão de Agricultura do organismo e,

de lá, retornará ao plenário na próxima reunião.

Mercadante também propôs que os parlamentares deixem clara a sua “discordância em relação à visão desinformada de que a produção de biocombustíveis no Mercosul, particularmente no Brasil, afeta negativamente o bioma amazônico”. Para ele, os subsídios dos países centrais é que distorcem o mercado agrícola mundial e induzem à insegurança alimentar nos países importadores de alimentos.



Alvaro Dias (D), 2º vice-presidente do Senado, recebeu o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco

Parlamento regional fará audiência sobre Itaipu

A Comissão de Economia do Parlamento do Mercosul vai debater o tratado de Itaipu no dia 19 de maio, em Montevidéu. Além dos diretores dos dois países na hidrelétrica, a comissão vai chamar representantes da Eletrobrás e de sua congênere paraguaia, a Administración Nacional de Electricidad.

Aloizio Mercadante afirmou que o contrato entre Brasil e Paraguai é inegociável. Para ele, “os tratados bilaterais devem ser respeitados para que seja possível a realização de outros contratos com países que integram o Mercosul”. Além do debate, o Parlamento regional constituirá comissão para acompanhar as negociações entre os dois países.

Ao receber o vice-presidente eleito do Paraguai, Federico Franco, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) disse que concorda

com a necessidade de dar maior transparência a Itaipu, mas discorda do aumento no preço da energia comprada pelo Brasil ao Paraguai.

Franco declarou que seu país pretende negociar um preço justo para a energia. Ele argumentou que, quando o tratado de Itaipu foi negociado, o preço do barril do petróleo era de US\$ 8, enquanto hoje é de US\$ 120.

Em Plenário, o senador José Sarney (PMDB-AP) discordou das afirmações de que o Brasil não paga preço justo pela energia de Itaipu. Para ele, a hidrelétrica foi um “grande gesto de solidariedade” do Brasil, já que, originalmente, a usina seria construída integralmente em território nacional. O país, continuou, ainda arcou com todo o custo da obra, financiando a parte paraguaia e se comprometendo a comprar a energia excedente.

CRE aprova indicados para Turquia, Irã e Eslováquia

A ampliação da presença no Oriente Médio da Petrobras e da Embraer foi defendida pelos diplomatas indicados para chefiar as embaixadas do Brasil na Turquia, Marcelo Andrade de Moraes Jardim, e no Irã, Antonio Luiz Espínola Salgado. Os dois tiveram seus nomes aprovados pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), assim como Marília Sardenberg Zelter Gonçalves, indicada para a embaixada da Eslováquia. As indicações receberam pareceres favoráveis dos senadores Inácio Arruda

(PCdoB), Jarbas Vasconcelos (PMDB-PE) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) e agora seguem para votação em Plenário.

Segundo Jardim, a Petrobras já firmou contratos com a Turquia e a Embraer busca uma fatia da aviação militar turca. A Petrobras também mantém escritório no Irã, como informou Salgado. Marília Sardenberg será a primeira embaixadora residente na Eslováquia, já que, até hoje, o Brasil era representado naquele país pelas embaixadas em Praga e Viena.

COMISSÕES



Neil Parish (E), do Parlamento europeu, com o deputado Ônix Lorenzoni e o senador Neuto de Conto

Produção aumenta e preços acompanham

Apesar do avanço do plantio de cana-de-açúcar para atender à expectativa de grande demanda por biocombustíveis, a produção agrícola do país, como um todo, vem crescendo significativamente. Para a safra 2007/2008, a estimativa da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) é de produzir 140,8 milhões de toneladas, um recorde. Essa produção é 6,8% superior à da safra passada. A produtividade também aumentou. Passou de 2,1 quilos por hectare, há dez anos, para 3 quilos nesta safra. A área total plantada chegará a 46,7 milhões de hectares.

Os números são importantes diante da crise mundial de alimentos. Apesar de não haver risco de desabastecimento, num primeiro momento o brasileiro terá de pagar mais caro, já que as *commodities* são cotadas em preços internacionais.

– Mas, com certeza, não sofreremos uma alta tão grande como os demais países – diz o superintendente técnico da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil

(CNA), Ricardo Cotta.

Mesmo com o aumento da produção, os ministérios da Fazenda, Agricultura e Desenvolvimento Agrário estão estudando uma série de medidas para incentivar um crescimento ainda maior da safra de alimentos – como a melhoria do sistema de garantia de preços para a produção agrícola e ampliação do volume de crédito, que já devem ser anunciadas nas próximas semanas.

Na verdade, não há falta de produtos no mundo, mas uma valorização decorrente do aumento do consumo mundial, em especial de chineses e indianos, e uma forte especulação. Para Cotta, “temos de encarar esse cenário como uma grande oportunidade. Ainda podemos aumentar a nossa produção e as exportações. Mas precisamos de tempo para nos adaptar e, principalmente, de melhorias na infra-estrutura do país para que possamos escoar”.

O secretário-geral da Organiza-

ção das Nações Unidas (ONU), Ban Ki-moon, solicitou que Brasil e Egito não restrinjam exportações de alimentos, o que provocaria a escalada de preços.

José Maranhão (PMDB-PB) afirmou que a tecnologia tornou possível aumentar a produção de alimentos e de biocombustíveis simultaneamente.

Neuto de Conto (PMDB-SC), que preside a Comissão de Agricultura (CRA), lembrou que o Brasil é soberano e contribui muito com o abastecimento mundial. “Estamos sendo critica-

dos pelo plantio da cana, mas ela só ocupa 2,8% dos 276 milhões de hectares cultiváveis no país”, argumentou.

Valter Pereira (PMDB-MS) criticou os produtores agrícolas dos países ricos – que subsidiaram sua agricultura – e as nações produtoras de petróleo, que, segundo ele, temem a alternativa de energia limpa do etanol e do biodiesel.

Para CNA, cenário mundial deve ser encarado como oportunidade

Debate com europeus termina em confronto

Um clima de confronto marcou o desfecho de reunião de trabalho, na terça-feira, entre parlamentares que representam o setor agropecuário brasileiro e membros da Comissão de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu. Ao responder a críticas do deputado Ronaldo Caiado (DEM-GO) ao embargo às importações de carne do Brasil, o presidente da Comissão do Parlamento Europeu, deputado Neil Parish, acusou Caiado de assumir posição agressiva e chegou a dizer que os produtores brasileiros possuem “melhor bom senso” que alguns de seus representantes.

– Estamos aqui para encontrar soluções, não para arrogância – advertiu Parish.

Caiado havia dito que os produtores nacionais receberam como uma agressão a decisão do embargo, anunciado no início do ano e, mais recentemente, flexibilizado. Ele aproveitou para advertir que o Parlamento brasileiro não vai aprovar regras sanitárias e controles do rebanho específicos da União Européia somente para agradar esse mercado.

A União Européia suspendeu a importação de carne brasileira em 31 de janeiro, depois de rejeitar lista de 2.681 propriedades apresentadas pelo governo brasileiro como aptas a exportar o produto.

Vice-presidente da Comissão

de Agricultura e Desenvolvimento Rural do Parlamento Europeu, o alemão Friedrich-Wilhelm Graefe zu Baringdorf observou que “a Europa, na condição de cliente do Brasil, tem o direito de estipular regras [quanto à importação de carne bovina] e esperar que elas sejam obedecidas”.

Aos parlamentares brasileiros que afirmaram não haver qualquer problema com o sistema de rastreamento do gado no país – contestando, assim, as restrições feitas por inspetores europeus –, Baringdorf disse que, “se tudo está bem, ou nossos inspetores são incompetentes ou são mal-intencionados”.

– Vocês fazem tudo muito bem – ironizou.

O inglês Neil Parish reiterou que os europeus estão dispostos a comprar a carne bovina brasileira desde que se respeitem determinados critérios, especialmente no que se refere à rastreabilidade do gado. O sistema de rastreamento não precisa ser o mesmo utilizado na Europa – onde houve vários casos da doença da vaca-louca.

A senadora Kátia Abreu (DEM-TO) argumentou que o produtor europeu recebe um subsídio de 267 euros por cabeça de gado, que o deixaria predisposto a implementar o rastreamento, ao contrário do que ocorre no Brasil.

Parlamentar alemão diz que europeus têm direito de ditar regras

Clima e chuvas explicam aumento da colheita

As boas condições climáticas dos últimos quatro meses e uma melhor distribuição da chuva em todo o país são os dois principais fatores para a colheita de safra recorde no período 2007/2008. Essa situação é acompanhada por bons preços no mercado e ampliação no uso de novas tecnologias que aumentam a produtividade.

É o que acontece com a soja e o milho. O primeiro grão chegará a quase 60 milhões de toneladas, aumento de 2,7% em relação à safra passada. O milho segunda safra, ou safrinha, que é plantado de janeiro a abril, deve alcançar 17,4 milhões de toneladas, 18,1% a mais que em 2006.

Há 30 anos, a produtividade dessas duas culturas era de 1.250 quilos por hectare para a soja e de 1.276 para o milho. Esses números deverão saltar para 2.835 e 3.386, respectivamente, nesta safra.

A melhor produtividade tem sido alcançada pelo arroz, o que ajudou muitos produtores do Rio Grande do Sul. O produto se be-

neficiou com o aumento do uso de novas tecnologias. Os plantadores deverão colher 4 mil quilos por hectare em 2007/2008.

Combustível expande cana-de-açúcar

Recorde também acontece no plantio de cana-de-açúcar, estimulado pela expansão do álcool. Cerca de 570 milhões de toneladas serão esmagadas pelas indústrias usineiras este ano, dos quais até 322 milhões serão destinados à produção de combustível, um aumento de até 19,5%.

Levantamento da Conab divulgado na semana passada mostra que pelo menos 27% da área tomada pela cana eram destinados a soja, milho, café e laranja, em especial no Centro-Sul, mas em valores absolutos o número não é tão assustador: 176,2 mil hectares a mais.

– Por que os países desenvolvidos que criticam o Brasil plantam milho para fazer etanol em vez de transformá-los em alimentos? – questiona Neuto de Conto.

Melhor produtividade foi atingida na produção de arroz

Série histórica de produção

Safras 1977/78 a 2007/08
(em mil toneladas)

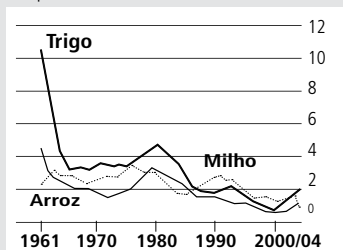
Produto	1977/78	1987/88	1997/98	2007/08 (previsão)
Algodão – caroço	989,5	1.610,9	763,4	2.436,9
Amendoim	342,4	167,9	183,5	276,9
Arroz	7.296,0	11.762,8	8.462,9	11.955,4
Aveia	53,9	141,1	196,9	221,8
Centeio	7,3	3,0	8,1	5,0
Cevada	143,9	142,2	302,3	263,6
Feijão	2.337,3	2.753,2	2.231,6	3.437,0
Girassol	-	-	15,8	139,7
Mamona	392,5	181,3	18,8	124,3
Milho	14.017,1	25.224,3	30.187,8	56.233,2
Soja	9.726,0	18.127,0	31.369,9	59.988,7
Sorgo	227,5	347,4	630,0	1.656,3
Trigo	2.680,0	5.846,5	2.187,7	3.824,0
Triticale	-	-	-	211,5
Brasil	38.213,4	66.307,6	76.558,7	140.774,4

Fonte: Conab

Veja abaixo a versão correta dos gráficos veiculados com erros na edição passada

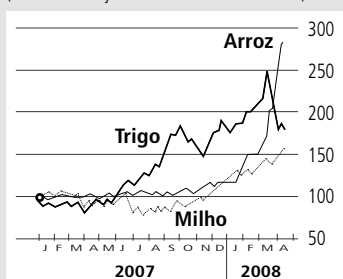
Enquanto a produção desacelera...

Taxa média de crescimento anual da produção nos países em desenvolvimento (em %)



... os preços disparam

Variação percentual das cotações das commodities agrícolas (considerando janeiro de 2007 como 100%)



Fontes: The Economist, Bolsa de Mercadorias de Chicago, Banco Mundial

COMISSÕES

Ministro afirma que mídia está mais regionalizada

O ministro-chefe da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (Secom), Franklin Martins, afirmou que, há três ou quatro anos, na esteira do crescimento da economia no interior do país, o cenário da comunicação regional começou a mudar, com “aumento perceptível da regionalização dos meios de comunicação”. A observação foi feita em debate sobre os veículos de comunicação regionais na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), a pedido do senador Flávio Arns (PT-PR). O objetivo, disse ele, foi o de prestigiar e valorizar a mídia regional, pelos aspectos de democracia e acesso à informação que representa.

– Vemos no Brasil a regionalização progredindo, mesmo nas grandes redes. Quando temos regionalização da economia, quando há mais peso da economia no interior, é inevitável que ocorram mudanças. Esse é um fenômeno importante em curso, que ajuda a democratização das comunicações no país – afirmou Franklin Martins.

O ministro defendeu, mesmo contando com uma programação integrada em todo o país, a necessidade de haver a presença de “todos os sotaques” na programação. Em resposta ao senador Gerson Camata (PMDB-ES), Martins também defendeu uma legislação mais rigorosa para as rádios comunitárias e para impedir o funcionamento de rádios piratas.

Franklin Martins observou ainda que, apesar de a tiragem dos grandes jornais brasileiros estar “estagnada”, a de jornais

populares vem crescendo. Isso ocorre porque eles se destinam a um público que “começa a ler jornal agora”, principalmente os brasileiros que chegaram agora à classe C, analisou.

Ao senador Cristovam Buarque (PDT-DF), o ministro se disse contrário à inclusão na Constituição da obrigação de os meios de comunicação participarem da educação da população, embora isso aconteça naturalmente. Cristovam havia sugerido que os jornais se envolvessem “para fazer o país mudar” e propôs alterações na legislação.

Franklin Martins contou que ele mesmo se assustou com a força que a mídia regional tem e lembrou que a circulação de jornais locais chega a ser maior do que a dos grandes veículos impressos juntos. A maior vantagem da regionalização é o fortalecimento dos meios de comunicação locais e o conseqüente espaço alcançado para a cultura local, disse, informando que o governo vem estimulando a participação de institutos de verificação de circulação ou de associação da mídia local para viabilizar mecanismos confiáveis de medição da circulação desses veículos.

A Secom, em 2003, publicou anúncios em 182 municípios, atingindo 499 veículos (incluindo rádio, jornal e TV). Em 2004, esse número subiu para 757 municípios e 2.165 veículos. O pico foi alcançado em 2006, com 1.358 municípios e 4.451 veículos. Devido a um orçamento menor em 2007, os anúncios veiculados pela Secom caíram para 913 municípios em 3.434 veículos, informou o ministro.

o diretor-executivo da Associação dos Diários do Interior do Brasil (ADI), Adriano da Fonseca Kalil Escada, que tratou principalmente da existência de rádios e jornais locais. A concentração desses órgãos de comunicação é vinculada ao desenvolvimento econômico, segundo o executivo. Ele citou como exemplo o Norte do país, que ocupa quase 50% do território nacional, mas conta apenas com 252 rádios e 30 jornais diários.

– O avanço da mídia regional vai acontecer onde houver investimentos – sustentou o deputado.

Noticiário local tem maior relevância, afirma deputado

O presidente da Frente Parlamentar em Apoio e Fortalecimento da Mídia Regional, deputado federal Cláudio Antônio Vignatti (PT-SC), observou que muitas vezes as notícias locais são as mais importantes para os cidadãos e destacou a iniciativa da entidade de criar um grupo de trabalho para discutir a implantação de campanhas publicitárias do governo federal em todo o país.

– Os recursos que chegam aos veículos locais tornam mais forte a economia regional – comentou.

Também participou da reunião

Segundo Martins, crescimento econômico democratiza a comunicação



Kalil Escada, da ADI (E); Franklin Martins e Flexa Ribeiro analisam avanços na comunicação regional

Imprensa expressa melhor a sociedade

Ao participar, na terça-feira, da 3ª Conferência Legislativa sobre Liberdade de Imprensa, realizada na Câmara, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, afirmou que a imprensa brasileira é hoje uma caixa de ressonância da sociedade muito mais avançada que o Senado. Ele observou que, embora tenha o poder de fazer as leis, o Parlamento não tem a “capilaridade” nem a agilidade dos meios de comunicação.

– Um Parlamento garroteado, atropelado por outro poder, jamais será cúmplice de uma imprensa independente e vigorosa, que, até quando comete excessos, procura fazer o melhor pelo país – disse.

Para o presidente do Senado, o Legislativo abdicou de sua prerrogativa de legislar, e o maior exemplo disso é o excesso de medidas provisórias editadas pelo Executivo e que, freqüentemente, impedem o Parlamento de deliberar sobre projetos de lei que estão na essência de suas prerrogativas. Em sua opinião, “o Parlamento deixou de ser aquele canal

de expressão da sociedade”.

– O jornalista que busca notícias no Parlamento exprime alguma coisa que o Congresso deixou de exprimir justamente para dar lugar à imprensa. Esta é hoje uma caixa de ressonância muito mais vanguardista que o Congresso – disse.

Segundo Garibaldi, num debate sobre a liberdade de imprensa, é inevitável que se observe a defasagem entre o trabalho dos jornalistas e o do Parlamento. Num exercício de autocritica,

ele afirmou haver déficit em prejuízo do Legislativo.

Já o presidente da Câmara, Arlindo Chinaglia, defendeu uma nova lei de imprensa, alegando que a atual se tornou anacrônica. Ele teria repudiado que a imprensa paute o Parlamento, mas, de acordo com Garibaldi, Chinaglia lhe disse que foi mal interpretado. “Ele também comunga de uma certa maneira do entendimento de que a parceria entre imprensa e Parlamento já foi maior”, salientou Garibaldi.



Garibaldi (E), com Arlindo Chinaglia: o Legislativo abdicou de sua prerrogativa de legislar, e um exemplo disso é o excesso de MPs

Maciel destaca simbiose entre Parlamento e imprensa

Para Marco Maciel (DEM-PE), o Parlamento e a imprensa são indubitavelmente os dois pólos mais importantes para garantir a liberdade de expressão das pessoas e dos povos. A opinião foi manifestada durante a 3ª Conferência Legislativa sobre a Liberdade de Imprensa.

Em Plenário, quando relatou sua participação na conferência, reiterou que a imprensa assume o papel de interlocutora entre a sociedade e os governantes. Ressaltou também personalidades que defenderam a liberdade de expressão, de manifestação e de imprensa, como José Bonifácio, Joaquim Nabuco, Machado de Assis e Rui Barbosa, entre outros.

Na Câmara, o senador considerou privilegiadas as gerações atuais, por terem testemunhado a virada do século 20 para o 21. Segundo ele, a maior diferença em relação às gerações anteriores foi a grande revolução eletrônica que aconteceu nos meios de comunicação, com o advento

da televisão e, sobretudo, da internet, com os blogs e salas de bate-papo, que trouxeram a comunicação livre e direta entre as pessoas.

O senador lembrou o filósofo italiano Norberto Bobbio, que lançou a idéia de distinguir países, não mais entre ricos e pobres, mas entre os que sabem e aqueles que não sabem, indicando que a educação e a tecnologia serão as ferramentas que trarão mais progresso e bem-estar às nações.

Maciel lamentou ainda a fragilidade das instituições no Brasil e defendeu reformas institucionais. A Constituição de 1988 e a Lei de Responsabilidade Fiscal representaram avanços incontestes, no seu

entendimento, mas, as instituições brasileiras, continuam frágeis.

– O Brasil goza de liberdade de imprensa e esse fato é fundamental, mas a insegurança jurídica persiste – afirmou.

Entre imprensa e Parlamento, acentuou o parlamentar da tribuna, “há muita interação”.

– Diria que imprensa e Parlamento são como irmãos siameses: um não vive sem o outro – concluiu.



Marco Maciel (D), com Mauricio Azedo, da ABI: revolução nas comunicações é privilégio

COMISSÕES

Falta emprego para a mulher negra

As mulheres negras enfrentam maiores dificuldades para encontrar emprego em relação aos demais trabalhadores brasileiros e, quando conseguem uma vaga, trabalham mais, quase sempre sem carteira assinada. Há ainda o agravante de que ganham menos que outros segmentos, informou Lillian Arruda Marques, assessora do Departamento Inter-sindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). Luiz Alberto de Vargas, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região, também apontou preconceito “arraigado na cultura do país”, segundo o qual o trabalhador branco é melhor do que o negro. Ambos participaram de audiência

quarta-feira na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). Lillian Marques citou dados de estudo do Dieese mostrando que a taxa de desemprego na população negra chega a ser, em algumas regiões metropolitanas, 46% maior que o índice verificado entre os não-negros, sendo esse um problema ainda mais acentuado entre as mulheres negras. A diferença de remuneração também foi apontada pela assessora. Na região metropolitana de Salvador, por exemplo, o rendimento por hora dos negros (R\$ 4,07) equivale a 50,3% do rendimento dos não-negros (R\$ 8,09); em São Paulo, o ganho por hora dos negros (R\$ 4,26) é de 53,3% em relação aos não-negros (R\$ 7,99).

A escolaridade é menor entre os negros, destacou Lillian Marques, para quem faltam políticas direcionadas à permanência desses estudantes na escola. Luiz Vargas complementou que a dificuldade de acesso à edu-

cação coloca a população negra em desvantagem na corrida por um emprego, o que exigiria uma ação mais firme do Estado.

Antônio Prado, chefe do Departamento de Relações com o Governo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ao abordar a contribuição do banco no combate à exploração do trabalhador, informou que em fevereiro o BNDES adotou norma vetando o financiamento a empresas acusadas de trabalho escravo.

O presidente da CDH, Paulo Paim (PT-RS), ressaltou que o debate integra as comemorações do Dia do Trabalho e dos 120 anos da abolição da escravatura, sendo o primeiro de um ciclo de encontros sobre “Os 120 anos da abolição não conclusa”.

Para outro participante da audiência, José Nery (PSOL-PA), a existência no país de trabalho análogo ao de escravo é uma forma de “escravidão contemporânea”. Ele defendeu a criação de uma frente parlamentar para agilizar a aprovação da proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que prevê a desapropriação de propriedades rurais onde for comprovada a prática de trabalho escravo. Aprovada no Senado, o projeto aguarda votação em segundo turno na Câmara dos Deputados.

Já Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) repudiou declarações do professor Antonio Dantas, da Universidade Federal da Bahia (UFBA). O professor teria dito que o baixo desempenho dos alunos do curso de Medicina da UFBA se deveria ao baixo QI do povo baiano. Paim anunciou que apresentará ao Plenário voto de repúdio às declarações.



Antônio Prado, Lillian Marques, Paim e Luiz Alberto participam de audiência pública na CDH

Sindicalista sugere campanha voltada a vítimas de preconceito

O presidente da Nova Central, José Calixto Ramos, afirmou ser contrário à concessão de direitos especiais aos negros, mas defendeu a eliminação de discriminações que privam essa parcela da população de igualdade com os demais brasileiros.

José Calixto sugeriu a realização de campanhas de informação sobre a igualdade social, o que inclui, declarou, conscientizar também as pessoas negras. Na opinião do sindicalista, a maioria dos negros sente-se numa posição de inferioridade diante das pessoas brancas. Ele observou que, apesar de a discriminação racial ser criminalizada há quatro décadas, a prática desse tipo de delito é constante e não se tem conhecimento de alguém cumprindo pena por racismo.

O representante das confederações de trabalhadores Moacyr Roberto Tesh Aversvald registrou que, na África do Sul, o governo

foi obrigado a interferir, por meio de decretos, para possibilitar que as pessoas negras tivessem garantida sua inserção no mercado de trabalho. Assim, naquele país as empresas têm que admitir, até 2010, pessoas negras em seus quadros funcionais para não ficarem impedidas de contratar com o governo. O Brasil, como disse, precisa de política semelhante.

O aposentado da Caixa Econômica Federal do Ceará Antônio Andrade Silva denunciou que, em oito anos, os aposentados e pensionistas da Caixa receberam apenas dois reajustes em seus vencimentos, que totalizaram 6% – coincidentemente, segundo ele, em dois momentos eleitorais. Nos outros seis anos não houve nenhum aumento salarial, o que ele denominou de “política de reajuste zero” da Caixa. Antônio Silva contou ainda que os aposentados sofrem “uma verdadeira devastação” em suas finanças.

Comissão vai debater o impacto de mudanças na CLT

Uma proposta que retira direitos conquistados pelos trabalhadores – assim o senador Paulo Paim (PT-RS) define o projeto de lei que revoga 642 artigos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em tramitação na Câmara dos Deputados.

Para analisar as consequências das mudanças previstas na proposta (PL 1.987/07), a Comissão de Direitos Humanos do Senado promoverá audiência pública em data a ser definida.

Luiz Alberto Vargas, assessor da Associação dos Magistrados Brasileiros, informou que todos os juizes da Justiça do Trabalho do país são contra a proposta.

A CDH deverá discutir também as mudanças nas regras de contratação de trabalhadores rurais, previstas na Medida Provisória 410/07.

Diagnóstico sobre educação será levado ao governo federal

Documento com oito relatórios resultantes do ciclo de audiências públicas promovido pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e intitulado “Idéias e propostas para a educação brasileira e o Plano de Desenvolvimento da Educação” foi entregue, na manhã de quarta-feira, ao presidente da Casa, Garibaldi Alves, pelo presidente da comissão, Cristovam Buarque (PDT-DF). Na presença dos senadores e de funcionários da comissão, o presidente do Senado prometeu mandar imprimir o documento, a fim de enviá-lo a secretarias estaduais de Educação, a escolas e a outros interessados.

Durante a audiência, Garibaldi também determinou que fosse marcado encontro com o ministro da Educação, Fernando Haddad, para, junto com os senadores da comissão, levar ao Executivo esse diagnóstico sobre a educação de base. O ciclo de debates teve 12 audiências com 32 especialistas, autoridades e representantes do setor. Ao final do encontro, Cristovam Buarque disse que o Brasil precisa agir urgentemente para mudar o quadro da educação nacional.

– Primeiro, é preciso reconhecer que a situação é grave, porque o Brasil não vai dar o salto que quer se não tiver um trabalho muito cuidadoso na educação das nossas crianças. Segundo, isso não vai ser possível se não houver uma espécie de federalização da educação de base. Terceiro, a educação não é só escola. Educação vem de três coisas: escola, família e mídia. E isso tudo está claro nesse documento – afirmou o presidente da CE.

Cristovam Buarque também disse que o documento é a contribuição do Senado para o Brasil enfrentar o problema que, avaliou, talvez seja o mais grave entrave ao salto do país rumo ao futuro. Ele definiu como altamente urgente que a mídia se engaje na educação das crianças, visto que muitos meninos e meninas hoje passam mais tempo à frente de um aparelho de televisão do que na escola.

– A leitura de jornais está

caindo no Brasil e, em consequência, a tiragem também vem caindo. Há poucos leitores porque quem não sabe ler não lê. O Brasil hoje tem dois idiomas: o dos que sabem ler e o dos que não sabem ler. Ou a gente coloca

a mídia ajudando a educar o país ou a própria mídia se inviabiliza e não tem futuro. Uma criança pode se desenvolver graças a certos programas de televisão. Sem a mídia, a gente não tem educação – frisou.



Maciel (E), Raupp (D) e Rosalba acompanham Cristovam na entrega do documento a Garibaldi

TERRAS DA UNIÃO Proposta de Almeida Lima, em discussão na CCJ, elimina figura jurídica criada em 1831. Secretaria do P

Emenda constitucional pode acabar

Parcela considerável do patrimônio imobiliário da União fica em áreas que, como regra, limitam com as praias brasileiras. São os chamados terrenos de marinha, definidos por uma lei de 1831 para servir como recurso de proteção do litoral. Com o crescimento urbano, em cidades como Rio de Janeiro, Florianópolis, Vitória e Salvador existem hoje centenas de prédios e outras construções dentro desses terrenos.

Os donos dos imóveis, em geral pessoas que adquiriram o bem de boa-fé, pagam taxas à União, chamadas foros (*veja glossário nesta página*). Mas nunca chegam a ter domínio pleno do patrimônio. Para resolver o problema que afeta milhares de pessoas país a fora, uma proposta de emenda constitucional (PEC 53/07) visa extinguir os terrenos de marinha. Esses terrenos são relacionados entre os bens da União no artigo 20 da Constituição, ao lado do mar territorial e dos recursos minerais, por exemplo.

A PEC, proposta por Almeida Lima (PMDB-SE), é mais uma tentativa do Congresso de eliminar essa figura jurídica que não tem paralelo em outro país do mundo (*veja reportagem abaixo*). O texto determina que construções feitas nos terrenos de marinha por órgãos públicos continuarão nas mãos dos governos federal e estadual e das prefeituras. Nos outros casos, só poderão passar

às mãos dos ocupantes áreas que não tenham impostos em atraso.

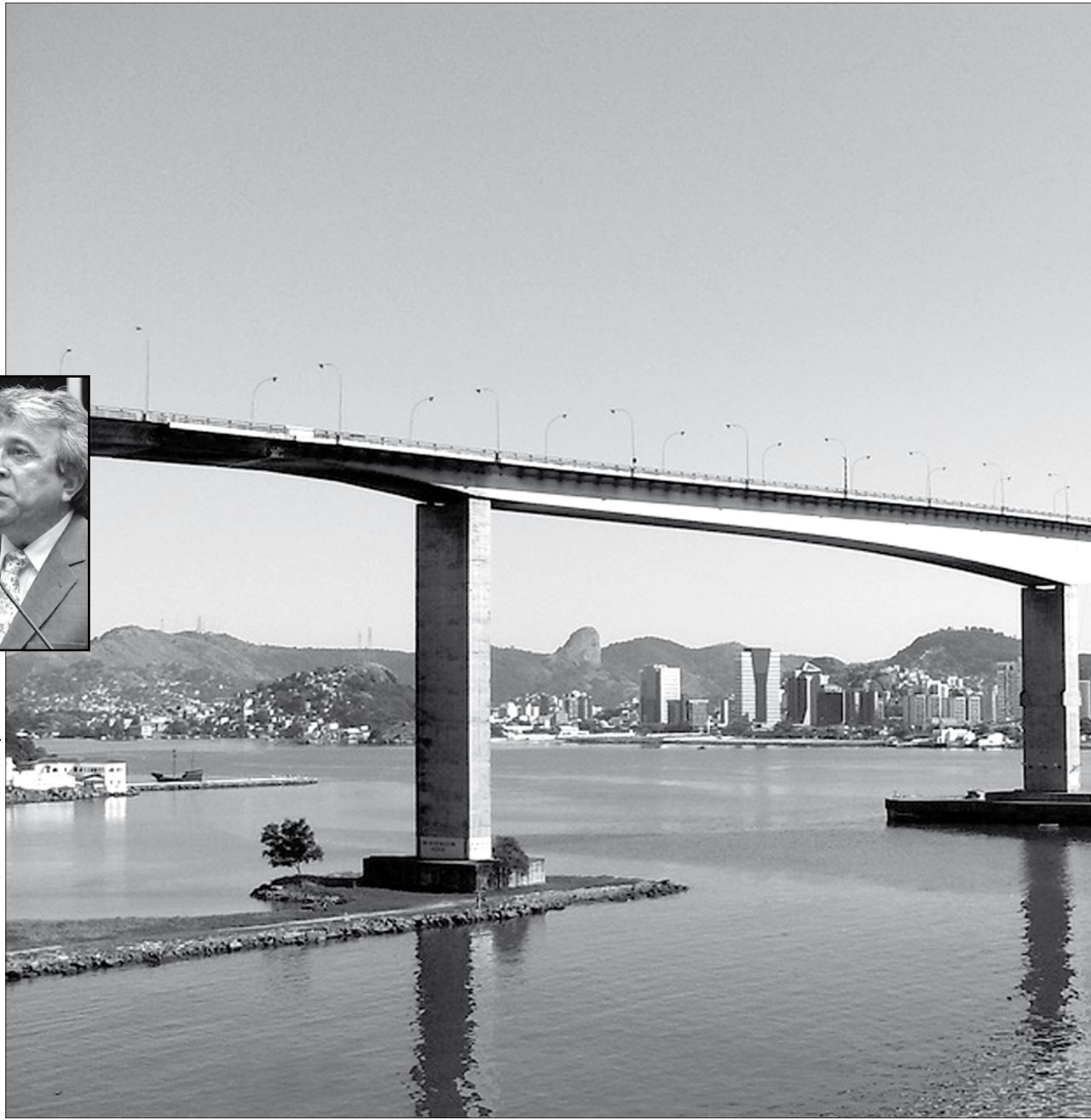
O relator, Flexa Ribeiro (PSDB-PA), defende a aprovação, mas a proposta enfrenta oposição do governo federal, da Marinha e dos órgãos de meio ambiente. Por isso, será discutida em audiência da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) nas próximas semanas.

O debate já foi marcado pela CCJ e cancelado duas vezes – inclusive na semana passada – por problemas de agenda dos convidados. Deverão comparecer, entre outros, os ministros da Defesa, Nelson Jobim, das Cidades, Márcio Fortes, e do Meio Ambiente, Marina Silva.

Além dessa PEC, tramitam no Congresso diversos projetos que prevêem desde o fim do domínio da União sobre os terrenos de marinha até a dispensa dos ocupantes de pagar taxas. Um deles, que também será votado pela CCJ, é do senador José Sarney (PLS 133/06) e anistia pessoas de baixa renda das taxas devidas nos últimos cinco anos. O relatório de Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) é pela aprovação, que terá decisão terminativa na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).



Almeida Lima: fim de domínio da União



Ponte que dá acesso à capital do Espírito Santo, Vitória, onde há 36 mil terrenos edificadas em áreas pertencentes

Domínio da União é criticado há anos pelos parlamentares

A destinação dos terrenos de marinha à União, prevista na Constituição e regulamentada mais recentemente pela Lei 9.636/98 (alterada pela Lei 9.821/99), vem sendo questionada pelos parlamentares há anos. Durante a revisão constitucional de 1994, foram apresentadas 19 propostas de emenda (PECs) sobre o tema, todas rejeitadas.

Em 2001, os senadores aprovaram projeto (que está parado na Câmara) do então senador Paulo Hartung, hoje governador do Espírito Santo, fixando como faixa de marinha os 33 metros da água medidos em 2000, e não 177 anos atrás, o que excluiria a maioria dos aterros feitos desde então. A proposta, acolhida pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), preservava como da União apenas as áreas onde ela tem imóveis, áreas de treinamento militar e de sinalização marítima.

Hartung tinha boas razões para propor a mudança: só em Vitória, capital capixaba, há 36 mil terrenos edificadas nessa faixa. A situação agravou-se em 1998, quando a Lei 9.636 determinou o recadastramento dos terrenos e milhares de pessoas que nunca haviam pagado taxas passaram a receber, da Secretaria do Patrimônio da União, cobranças de foros referentes aos dez anos anteriores. Mais ainda: os valores dos imóveis foram atualizados, o que gerou aumento de taxas e iniciou uma batalha judicial que ainda não acabou.

A Secretaria do Patrimônio argumenta que o fim dos terrenos de marinha contraria o interesse da União, com perda de receitas patrimoniais. Além disso, permitiria “que bens pertencentes a toda a nação brasileira passassem para a propriedade de poucos, sem a justa indenização”.

Glossário

Alodial – propriedade que confina com o terreno de marinha, mas livre de encargos impostos a esta espécie de terreno.

Domínio direto – direito que remanesce com o proprietário que dá o imóvel em aforamento. São seus direitos: expectativa de readquirir a condição anterior, através do exercício de preferência, na hipótese de alienação, ou através do comisso ou do falecimento do enfiteuta sem herdeiros; direito ao foro e ao laudêmio.

Domínio pleno – consolidação do domínio útil e domínio direto.

Domínio útil – direito sobre imóvel recebido no regime enfiteutic. Seu titular denomina-se enfiteuta ou foreiro e pode receber todos os frutos e produtos do imóvel; praticar transformações e mudanças no imóvel; constituir servidão e usufrutos; manter a posse jurídica do imóvel; e hipotecar ou onerar por qualquer forma o seu direito.

Emprazamento – aforamento.

Enfiteuse – do grego *emphyteusis* (plantar, melhorar o solo) e do latim *emphyteuse*. Direito real sobre coisa alheia, alienável e transmissível aos herdeiros, que confere a alguém o pleno gozo do imóvel mediante a obrigação de pagar ao proprietário um foro (pensão anual) e um laudêmio nas transmissões entre vivos. O mesmo que aforamento ou empraçamento.

Foro – obrigação anual em dinheiro, devida pelo foreiro, pelo uso e gozo do domínio útil que lhe é atribuído, correspondente a 0,6% do domínio pleno do terreno aforado.

Laudêmio – do latim *laudare*, louvar. Obrigação em dinheiro, devida ao senhorio, quando da transferência onerosa, entre vivos, do domínio útil ou a cessão de direitos a eles relativos, correspondentes a 5% do valor atualizado do domínio pleno.

Fonte: Advogado Roberto Santana de Menezes, in *Jus Navigandi*.

Só na cidade de Vitória existem 36 mil áreas edificadas em terrenos de marinha.

Considerando apenas a área marítima, com cerca de 8 quilômetros de costa linear (desprezando-se as reentrâncias), pode-se calcular um total de 280km² em terrenos de marinha, o que equivale a 26 mil campos de futebol.

FRASE

“A República (...) precisa imprescindivelmente dos terrenos de marinha, para dar cumprimento às extraordinárias responsabilidades que lhe incumbem quanto à defesa e polícia costeira, à segurança do país, à regularização do comércio e da navegação, aos ajustes e convênios daí decorrentes, à conservação, melhoramento e fiscalização sanitária dos portos, à alfândegas, entrepostos, faróis e obras de defesa contra agressões estrangeiras, à higiene internacional, à polícia etc. etc.”

Ex-presidente da República Epitácio Pessoa (1920) ministro do Supremo Tribunal Federal, nas contradições apresentadas à Ação Originária nº 8, ajuizada em nome do STF pelos estados do Espírito Santo e Bahia, reivindicando o direito de propriedade sobre tais terrenos.

Definição perdida no túnel do tempo

Tanto a Coroa portuguesa quanto o Império brasileiro basearam a criação dos terrenos de marinha em interesses econômicos (exploração do sal e da pesca, além de controle sobre a entrada de mercadorias) e, de forma mais sutil, em questões de segurança nacional.

Sem paralelo no mundo, o conceito legal de terreno de marinha tem origem em ordem régia de 1710 do então rei de Portugal dom João V, “O Magnânimo”. Um século depois, em relação à sua colônia brasileira, aviso real de dom João VI definia os parâmetros dos terrenos de marinha, que permanecem, ainda hoje – passados quase dois séculos –, como as medidas em vigor. Tanto que o assunto segue regulado por um decreto-lei de 1946.

No tempo da colônia

Aviso real de 18 de novembro de 1818

“(…) que 15 braças da linha d’água do mar, e pela sua borda, são conservadas para servidão pública; e tudo o que toca a água do mar e acrece sobre ela é da nação.”

Decisões no Império

Lei de 15 de novembro de 1831

“Serão postos à disposição das câmaras municipais os terrenos de marinha que estas reclamarem do ministro da Fazenda, ou dos presidentes das províncias, para logradouros públicos (...), que poderão aforar a particulares aqueles que julgarem convenientes, estipulando, também, segundo for justo, o foro daqueles mesmos terrenos, onde já se tenha edificado sem concessão, ou que, tendo já sido concedidos condicionalmente, são obrigados a eles desde a época da concessão, no que se procederá a arrecadação.”

Decreto 4.105, de 22 de fevereiro de 1866

“Art. 1º A concessão direta ou em hasta pública nas margens dos rios navegáveis se fazem os navegáveis, e dos acrescidos artificialmente aos ditos terrenos, regular as disposições do presente decreto.”

Patrimônio diz que medida pode resultar em prejuízo para a União, que recebe impostos dos atuais ocupantes

Trabalhar com terrenos de marinha



es à União

s em terrenos

3,500
âncias),
marinha, o que



onstrução de
tra possíveis
cia sanitária

-24), então
-razões
1904 perante
indicando o

Recadastramento pegou ocupantes irregulares

Em 1998, a Lei 9.636 vedou expressamente a ocupação irregular de imóvel da União a partir de 15 de fevereiro de 1997 e determinou um recadastramento dos terrenos de marinha. Ao final do recadastramento, verificou-se que um grupo de ocupantes estava registrado na Secretaria do Patrimônio da União (SPU), tendo pago laudêmio e demais taxas. Esses não tiveram problemas, mas a maioria passou a pagar mais. Já os que usavam terrenos de marinha como meros ocupantes foram convocados a obter o aforamento, ou, no mínimo, a cessão onerosa da utilização do imóvel.

Pela lei, os possuidores do terreno desde 15 de fevereiro de 1996, com registro na SPU, têm preferência e facilidade de financiamento para o aforamento. Mas não têm o direito de permanecer no imóvel se não aderirem ao aforamento oferecido pela União. Se isso ocorrer, a SPU pode colocar a área em leilão, dando ainda aos atuais ocupantes duas chances de aderir ao aforamento: quando notificado, antes do edital de licitação, ou em até 48 horas após a divulgação do resultado do leilão.

A diferença é que, na segunda hipótese, o ocupante terá que pagar o valor oferecido pelo vencedor do lei-

lão, não mais o valor inicial fixado pela SPU. Se o imóvel for alienado a terceiros, o valor das benfeitorias existentes no terreno será repassado ao antigo ocupante na medida em que o novo proprietário fizer o pagamento.

Aos ocupantes posteriores a 15 de fevereiro de 1996, resta apenas a preferência no aforamento e a indenização por benfeitorias. Quando a União achar que é a vez de regularizar a ocupação pelo aforamento, não restará aos ocupantes alternativa senão exercer sua preferência, arrematando o domínio útil pelo preço obtido no leilão pela Secretaria do Patrimônio da União.

Vendas poderiam render R\$ 130 bilhões à União

A Lei 9.636/98, regulamentada em 2001, deixou clara, segundo o advogado catarinense Pedro Augusto Carcereri, a disposição do governo federal de iniciar um processo de venda a particulares, por leilão, dos domínios úteis da maioria de seus terrenos de marinha. Carcereri chegou a estimar, em um artigo publicado no *site* de seu escritório de advocacia, que a União poderia arrecadar cerca de R\$ 130 bilhões com a venda dos terrenos.

Passados oito anos, porém, pouquíssimos terrenos foram levados a leilão público, pois o desejo esbarrou, especialmente, no fato de que existem milhares de ocupantes históricos, que usam o imóvel como “posse” (sem

registro), e, pela regulamentação, não teriam direito ao aforamento gratuito (terão de pagar o domínio útil do imóvel, mesmo que tenham comprado o terreno de particulares).

É o que ocorre com diversas colônias de pescadores fixadas ao longo de décadas em áreas pertencentes à União. Por isso, o governo federal vem doando alguns terrenos de marinha às prefeituras, para que elas possam desenvolver projetos de habitação popular.

Foi o que aconteceu, em agosto passado, em Salvador. Uma área conhecida como Gamboa de Baixo, com 21.218m², foi cedida ao município pela Secretaria do Patrimônio da

União (SPU) em regime de aforamento gratuito, assegurando a posse da terra a cerca de 500 famílias de baixa renda, em sua maioria originárias dos pescadores que ali se instalaram no início do século 20.

Com as vendas por leilão praticamente paralisadas, a arrecadação da SPU cresceu 37% no ano passado, atingindo R\$ 358 milhões (taxa três vezes superior à média dos três anos anteriores). A arrecadação inclui a cobrança de laudêmio (pagamento em caso de transferência de direito de ocupação de imóvel em área da União), foro (que se paga pelo direito de ocupar imóveis da União), taxa de ocupação, aluguel e multas.

Saiba como legalizar seu terreno de marinha

A Secretaria do Patrimônio da União (SPU) recomenda consultar a gerência estadual do órgão para verificar a situação do imóvel que se pretende adquirir próximo ao mar, rios e lagoas vizinhos ao litoral. Se o proprietário, ou candidato a comprador, constatar que a área está registrada como terreno de marinha, ele deve regularizar a situação perante a SPU. Caso o registro do terreno seja anterior a 5 de setembro de 1946, e tiver sido adquirido por sucessão (herança) ou compra e venda, é só levar à SPU a documentação pertinente e pedir o aforamento gratuito. Para terrenos registrados posteriormente, é grande a probabilidade de que o interessado tenha de pagar o domínio útil à União. Na maioria das vezes, o comprador acaba pagando duas vezes pelo mesmo imóvel. A saída para recuperar o prejuízo é entrar com uma ação indenizatória contra o vendedor que omitiu o fato de a área ser um terreno de marinha. Mais informações no *site* www.spu.planejamento.gov.br.

Processo de aforamento é longo e demorado

Apesar da propriedade do terreno de marinha ser da União, ela pode transferir para terceiros, onerosa ou gratuitamente, o seu “domínio útil”, por meio de um compromisso escrito. Esse “contrato”, chamado aforamento (ou enfiteuse), só é assinado depois de longo processo administrativo, em que cabe à Secretaria de Patrimônio da União verificar o cumprimento dos requisitos legais para a concessão. O nome aforamento deriva justamente do fato de o beneficiário ficar com a obrigação de pagar um valor anual em dinheiro pela concessão, denominado “foro” desde o século 18. O “foro” corresponde a 0,6% do valor atualizado do “domínio pleno terreno”, ou, em português simples, o valor de mercado do imóvel. A lei em vigor, na verdade, atribui diferentes valores aos terrenos de marinha, conforme os efeitos legais desejados. Além do “domínio pleno” (direito integral sobre o imóvel), existe o “domínio útil”, um pouco mais restrito. Ele permite o direito de posse, uso e gozo do imóvel (inclusive a transmissão por sucessão ou alienação) e seu valor corresponde a 83% do valor de mercado.

Quarteirões inteiros sem definição de propriedade

Terreno de marinha, um bem pertencente à União de acordo com a Constituição em vigor, é a faixa de terra com 33 metros de largura, contada a partir da linha da preamar (maré alta) média de 1831, adjacente ao mar, rios e lagoas, no continente ou em ilhas, desde que no local se observe o fenômeno das marés, com oscilação de pelo menos cinco centímetros. Quando situados integralmente na faixa de segurança da orla marítima – que tem o triplo da largura (100 metros) –, tais terrenos estão sujeitos por lei ao regime de aforamento para o seu uso (*veja quadro*). Mas é comum que existam áreas de acréscimo (caso dos aterros). Nessa situação, os terrenos que extrapolem a faixa de segurança ficam excluídos da obrigatoriedade do regime enfiteutico. Em diversas cidades brasileiras, notadamente capitais situadas em ilhas (como Vitória, Florianópolis ou São Luís), quarteirões inteiros ficam em terrenos de marinha e seus ocupantes são obrigados a pagar as taxas anuais. Nas vendas, eles desembolsam laudêmio (*veja glossário*) de 5% sobre o valor do negócio.

Legislação republicana

Decreto-lei 9.760, de 5 de setembro de 1946
“Art. 1º Incluem-se entre os bens imóveis da União:

- a) os terrenos de marinha e seus acréscimos;
- Art. 2º São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar médio de 1831:
- a) os situados no continente, na costa marítima e nas

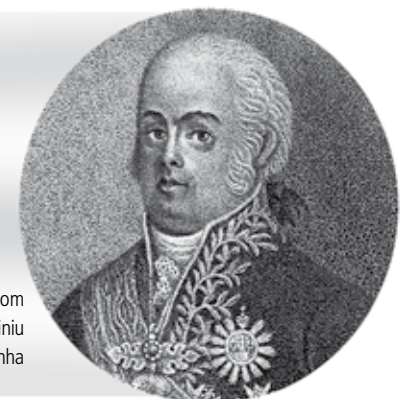
margens dos rios e lagoas, até onde se faça sentir a influência das marés;

b) os que contornam as linhas situadas em zonas onde se faça sentir a influência das marés.

Art. 9º É de competência do Serviço do Patrimônio da União (SPU) a determinação da posição das linhas de preamar médio do ano de 1831 e da média das enchentes ordinárias.”

Constituição de 1988

“Art. 20. São bens da União:
VII – os terrenos de marinha e seus acréscimos;”

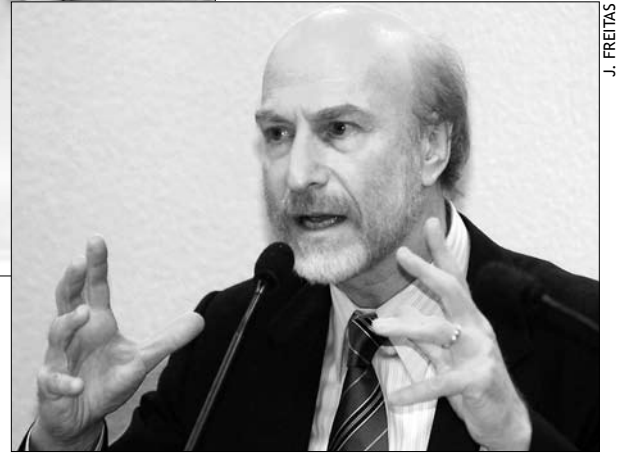


Aviso real de dom João VI definiu terrenos de marinha

COMISSÕES



Irene Ravache, Amir Haddad e Rosalba Ciarlini durante audiência na CE. Abaixo, o ator e produtor Odilon Wagner, que defende uma secretaria específica para o teatro



Falta consenso sobre Lei Geral do Teatro

A natureza do financiamento de produções teatrais – se público ou privado – e a desigualdade na distribuição de recursos entre espetáculos comerciais e populares foram o foco das divergências entre os participantes de debate promovido na semana passada pela Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE), em conjunto com a Subcomissão Permanente de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social. O encontro foi o segundo realizado pela CE para discutir o anteprojeto da Lei Geral do Teatro, elaborado pela comissão com base em sugestões de atores e produtores teatrais.

Em defesa da proposta, que mantém o mecanismo de incentivos fiscais previstos na Lei Rouanet, o ator Odilon Wagner,

vice-presidente da Associação de Produtores Teatrais Independentes, argumentou que a centralização de recursos no eixo Rio-São Paulo não é causada pelo mecanismo de captação de recursos, mas por falha na distribuição das verbas pelos órgãos públicos.

– Nosso foco aqui deve ser a gestão cultural. O Ministério da Cultura parece falido e a Funarte, engessada. Queremos uma secretaria específica para o teatro, para ser gerida por pessoas do setor – declarou.

Também favorável à proposta, a atriz e produtora Irene Ravache disse que os profissionais que fazem teatro comercial enfrentam o preconceito daqueles que fazem “teatro de rua”. Ela comentou ter-se tornado produtora para buscar os recursos necessários à

montagem de peças teatrais e negou que atores mais conhecidos tenham facilidade em conseguir patrocínio para suas peças.

– Não conheço nenhum produtor de teatro milionário. Todos estão tentando pagar suas contas, dando emprego para muita gente. Quem faz o chamado teatro comercial está fazendo algo de qualidade, que também é modificador do ser humano – argumentou.

A produtora Tatyana Laryssa Rubim também considerou que os problemas estão no processo de aprovação de projetos pelo Ministério de Cultura. Para ela, a Lei Geral do Teatro será uma ferramenta de política cultural capaz de aperfeiçoar a parceria entre a iniciativa privada, os profissionais de teatro e o governo.

Natureza do financiamento das peças é causa das divergências

Na audiência pública sobre o anteprojeto da Lei Geral do Teatro, Ney Piacentini, presidente da Cooperativa Paulista de Teatro, avaliou que a proposta “repete os erros da Lei Rouanet” e sugeriu que o fomento ao setor seja baseado no financiamento público, com a manutenção de um fundo de cultura e o direcionamento dos recursos por meio de editais. Segundo Ney Piacentini, atualmente os valores captados por incentivos fiscais têm sido manipulados pelo *marketing* empresarial, “favorecendo uma elite”.

Já Oséas Borba Neto, representante do setor no Conselho Nacional de Políticas Culturais,

observou que a nova lei deve contemplar as diferenças existentes entre as regiões do país em termos de acesso a recursos para a produção teatral, e até dentro de uma mesma região.

– O teatro é para o povo. A responsabilidade do Senado é atender ao Brasil, e não apenas ao interesse de pequenos grupos – frisou.

O ator e diretor teatral Amir Haddad, por sua vez, lembrou que empresários e políticos podem ganhar com o investimento em arte, “que dá voto e retorno financeiro”. Ele apelou aos políticos para que façam uma lei que assegure o fortalecimento do setor.

HOMENAGEM

Sessão especial comemora os 48 anos de Brasília

Na sessão especial que comemorou o 48º aniversário de Brasília, o senador Adelmir Santana (DEM-DF), que propôs a homenagem, destacou que Brasília, apesar de reconhecida pelo “ousado” planejamento, pela arquitetura e por sediar a administração federal, também possui uma vida urbana formada por manifestações culturais de todos os estados. O senador informou que Brasília é a quarta cidade em população e a terceira mais rica do país. Santana voltou a elogiar a cidade na sexta-feira, quando salientou “a pujança da população brasiliense ao levar cerca de um milhão de pessoas à Esplanada dos Ministérios” para festejar seu aniversário.

– Muitas pessoas pensam apenas no Congresso, na Esplanada e nos hotéis, sem conhecer a verdadeira cidade – avaliou.

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, disse que a cidade transformou-se em referência mundial, ao revolucionar os conceitos de vida urbana. Ele homenageou o pioneiro Artur Andrade, de 101 anos, que se

encontrava no Plenário.

Cristovam Buarque (PDT-DF), ex-governador do Distrito Federal, ressaltou que não há na cidade apenas os políticos, mas outros servidores públicos e trabalhadores da indústria, do comércio e de serviços. Esses, na opinião do parlamentar, são os que cons-

troem a cidade.

José Agripino (DEM-RN) afirmou que Brasília representa um “trunfo e um problema”, uma vez que seu desenvolvimento a tornou um centro importante para o qual se dirigem pessoas de todos os estados.

Para Gim Argello (PTB-DF),

Brasília representa o “encontro consigo mesma”, uma vez que foi preenchida com o “calor humano dos homens e das mulheres de todas as regiões do país”.

A sessão contou com a presença do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda, e seu vice, Paulo Octávio.



Em homenagem aos 48 anos de fundação da capital federal, senadores destacam papel exercido por Juscelino Kubitschek e pelos pioneiros e ressaltam o desenvolvimento da cidade

Rosalba quer compatibilizar interesses

Na presidência da audiência na CE, Rosalba Ciarlini (DEM-RN) disse que o momento é propício à construção de uma proposta que integre as diferentes sugestões apresentadas pelos profissionais do setor.

– A idéia é que possamos reunir todas as sugestões, analisar e construir uma só lei. É possível compatibilizar os interesses dos diferentes segmentos, tanto do teatro de rua como do teatro de palco ou daquele voltado à educação da população. Tudo é teatro – avaliou Rosalba, para quem o teatro é uma indústria capaz de gerar emprego e renda, requerendo, portanto, incentivos públicos para se desenvolver.

O senador Flávio Arns (PT-PR) elogiou a participação de atores e produtores teatrais e ressaltou a importância das contribuições. “Todos os pontos de vista externados aqui são importantes e vão nos ajudar a construir uma opinião sobre o assunto”, observou.

PLENÁRIO

João Pedro defende luta por maior justiça social

Ao homenagear a passagem do Dia do Trabalho, comemorado no dia 1º de maio, o senador João Pedro (PT-AM) exortou as centrais sindicais brasileiras, em especial a Central Única dos Trabalhadores (CUT), a aprofundarem a luta na defesa da aprovação de medidas que garantam maior justiça social, com distribuição de renda.

Entre as medidas, ele citou a aprovação da nova reforma tributária, em tramitação na Câmara, e o aprofundamento da reforma agrária como

principais caminhos para uma melhor distribuição de renda, com justiça social. Ele também defendeu a adoção de políticas públicas destinadas a diminuir as desigualdades regionais.

João Pedro ainda destacou o desempenho positivo da economia brasileira. Para ele, o presidente Lula, ao mesmo tempo em que luta para conter a inflação, adota medidas visando o equilíbrio fiscal. Com isso, observou, sobram recursos para serem aplicados na área social e na melhoria do poder aquisitivo do povo.

Cristovam sugere bandeira da escola igual para todos

Cristovam Buarque (PDT-DF) prestou homenagem aos trabalhadores pela passagem do 1º de Maio, mas sugeriu que se lute por uma bandeira maior do que a de jornadas menores, mais salário e férias.

– Que o próximo 1º de Maio seja dedicado à luta por uma idéia revolucionária, que a gente junte forças, independentemente do partido do qual faça parte, para garantir que a escola seja igual para todos.

O senador deseja que os filhos dos pais que recebam salários altos e os filhos dos

pais que tenham salários baixos frequentem escolas da mesma qualidade.

– Pôr o filho do empregado na mesma escola do filho do patrão é a verdadeira revolução. Hoje, a luta de classes é sobre o conhecimento, sobre quem tem e quem não tem conhecimento – disse Cristovam.

Em aparte, o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) sugeriu também que se discuta a obrigatoriedade do imposto sindical. Para o senador, a contribuição aos sindicatos deveria ocorrer de modo voluntário.

Senadores comemoram passagem do Dia do Trabalho

Os senadores saudaram os trabalhadores e trabalhadoras pelo 1º de Maio, o Dia Mundial do Trabalho.

José Nery (PSOL-PA) conclamou trabalhadores e sindicatos a destacarem a importância da ampliação dos direitos trabalhistas e também os direitos de aposentados e pensionistas.

O senador defendeu a aprovação de proposta de emenda à Constituição (PEC 438/01) que pune com a expropriação de terras os proprietários rurais que exploram trabalho escravo. Ele anunciou que nesta quarta-feira, às 10h, será realizada reunião das subcomissões de Combate ao Trabalho Escravo do Senado e da Câmara para discutir a escravidão contemporânea.

Por sua vez, Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que “o mais ferrenho opositor e o mais frio dos pessimistas não de reconhecer que são incontestáveis os avanços dos trabalhadores nos últimos anos”.

– Podemos citar a recomposição do salário mínimo, o

fortalecimento dos sindicatos e a diminuição do desemprego.

Paulo Paim (PT-RS), autor de projeto (PLS 103/08) para que o Dia do Trabalho seja renomeado para Dia do Trabalhador, classificou os trabalhadores como “heróis da pátria”. Ele ressaltou que a data se deve a operários americanos enforcados em Chicago depois de liderarem greve, em 1886, em defesa da jornada de oito horas diárias.

– Esses homens deram suas vidas por aquilo em que acreditavam – frisou.

Já Mão Santa (PMDB-PI) recomendou a valorização do trabalho como instrumento gerador de riqueza, desenvolvimento e bem-estar. O senador citou Rui Barbosa, que, em 1919, definiu o trabalho como o grande removedor de obstáculos. Também lembrou o ex-presidente norte-americano Franklin Delano Roosevelt, que, durante a Grande Depressão dos anos 30, sugeriu buscar no trabalho a solução para problemas econômicos do país.

CHUVA - Rosalba Ciarlini (DEM-RN) pediu ajuda aos produtores rurais prejudicados pela chuva no Nordeste, particularmente no Rio Grande do Norte e na Paraíba. A senadora afirmou que a medida provisória que libera recursos para assistência às vítimas das enchentes já foi editada, mas o socorro ainda não chegou. Rosalba pediu especialmente pelos trabalhadores da agricultura familiar e recursos para o seguro-safra e o seguro-desemprego. – Não estamos pedindo anistia [das dívidas], estamos pedindo repactuação - explicou.

Raupp: classificação do Brasil é histórica

Valdir Raupp (RO), líder do PMDB, afirmou que a notícia de que a agência de classificação de risco Standard & Poor's passou a considerar o Brasil um país de baixo risco “é histórica” e vai atrair para o país grandes fundos internacionais que só têm autorização para aplicar em países que tenham alcançado o chamado *investment grade* (grau de investimento).

– Resta saber se o Brasil está preparado para receber a avalanche de investimentos que pode chegar a partir de agora. Sem

dúvida, é uma notícia importante para o Brasil e os brasileiros.

Segundo o senador, uma prova de que a notícia é importante para o Brasil foi o otimismo do mercado financeiro no final da tarde de quarta-feira, quando a Bolsa de Valores subiu fortemente. O Ibovespa, principal índice de ações, subiu 6,3%.

Várias agências internacionais trabalham com classificação de risco de pagamentos de países e a Standard & Poor's é uma das mais importantes. O grau de investimento é dado a países tidos

como de baixa probabilidade de não honrar suas dívidas.

Conforme as agências de notícias, em seu comunicado sobre o Brasil a Standard & Poor's afirma que o grau de investimento é um reflexo da “maturidade das instituições do Brasil e da sua política monetária”, além da “melhoria das tendências de crescimento” da economia do país. Apesar disso, a agência fez ressalvas quanto ao endividamento público brasileiro, mais elevado que outros países que já têm o *investment grade*.

Para Alvaro, infra-estrutura é gargalo

Apesar de ter comemorado a conquista do *investment grade* pela economia brasileira, Alvaro Dias (PSDB-PR) alertou para o perigo que representa a falta de recursos para infra-estrutura do país, o que será, sempre, segundo ele, um “gargalo” a impedir que a economia cresça mais.

– Especialistas afirmam que seriam necessários investimentos da ordem de 20 bilhões de dólares anuais para obras de infra-estrutura, e isso não está acontecendo. Essa escassez gerará a verdadeira herança maldita para os próximos governos, uma ameaça de “apagão” no setor, notadamente em energia elétrica,

estradas e portos – afirmou.

Para Alvaro, a “chancela de bom pagador” recebida pelo país com o *investment grade* “é resultado de esforço que se empreende no Brasil pela estabilidade econômica, que teve início com o ex-presidente da República Itamar Franco, consolidou-se com o ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e com o ex-ministro da Fazenda Pedro Malan, continuou com o presidente Lula, com o ex-ministro da Fazenda Antonio Palocci e com o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles”.

– O Brasil é um país viável, mas precisa acabar com o mo-

delo tributário de quinto mundo e uma corrupção desabrida. Conviver com a corrupção não é próprio de país sério, de bom pagador – concluiu.

Em aparte, Cristovam Buarque (PDT-DF) disse que há muitas pessoas que merecem ser cumprimentadas pelo êxito da economia brasileira. Citou Malan e o ex-presidente do Banco Central Armínio Fraga, Palocci e Meirelles, além dos três presidentes da República citados por Alvaro Dias – especialmente Lula, segundo ele, por ter convencido o PT de que a economia não era o espaço adequado para a disputa entre direita e esquerda.

Flexa Ribeiro pede redução da carga tributária

Flexa Ribeiro (PSDB-PA) lamentou que os brasileiros tenham que trabalhar 148 dias em 2008 só para o pagamento de tributos ao governo, conforme estudo do Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT), divulgado na terça-feira pelo jornal *Folha de S. Paulo*.

– A expectativa de vida hoje do brasileiro é de 72,3 anos, dos quais 36,3 irão para pagar tributos, ou seja, é até um pouquinho mais da metade. Neste ano, o aumento da carga tributária, que é negado pelo governo, vai fazer com que o trabalhador acrescente dois dias de trabalho durante o ano para pagar os tributos. Em 2007, eram 146 dias de trabalho dedicados ao pagamento de tributos. Agora, em 2008, são necessários 148 – assinalou.

O estudo, de acordo com Flexa Ribeiro, aponta ainda que em 108 anos a expectativa de vida dos brasileiros cresceu 116%, enquanto a expectativa de pagamento de tributos aumentou 244%. Fazendo uma analogia, o estudo mostra que os argentinos trabalham 97 dias por ano para o pagamento de impostos, contra 92 dias dos chilenos.

Para Heráclito, Brasil deve buscar investimento de longo prazo

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) considerou “alvissareiro” que a agência Standard & Poor's tenha elevado o grau de investimento do Brasil. Mas advertiu que o governo deve ficar alerta porque a medida interessa mais “ao capital de motel”, que “pode ir embora em um piscar de olhos”. Para ele, o Brasil deve adotar programas que atraiam investimentos de longo prazo, “aqueles destinados à construção de fábricas”, que geram emprego e renda.

Para isso, opinou, o melhor caminho para o governo é o investimento maciço na educação, pois investimentos estrangeiros de longo prazo são atraídos por países onde a mão-de-obra tem melhor qualificação e os serviços públicos têm qualidade.

Heráclito protestou contra a decisão do governo de cortar uma verba de R\$ 9 milhões que a Comissão de Relações Exteriores (CRE), da qual ele é presidente, incluiu no Orçamento da União para este ano. O dinheiro se destinava à Aeronáutica, para o desenvolvimento de um avião cargueiro militar, com capacidade de 10 a 20 toneladas, conhecido como “Projeto KC-X”.

– Um projeto genuinamente brasileiro como esse não podia ser cortado. Ainda mais num momento em que temos ouvido alertas, inclusive do ex-presidente e senador José Sarney, para o perigo da desmilitarização do Brasil, enquanto países vizinhos compram armas e equipamentos militares às pencas – disse Heráclito.



Heráclito Fortes diz que só países com mão-de-obra e serviços públicos de qualidade atraem investimentos duradouros

PLENÁRIO

Senadores repudiam ofensas aos baianos

Declaração do coordenador da Escola de Medicina da Universidade Federal da Bahia (UFBA), Antônio Dantas, em que atribuiu a baixa nota obtida pelo curso no Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) ao “baixo QI dos baianos” foi criticada por parlamentares da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) e pela bancada da Bahia.

O curso obteve nota 2 no conceito Enade e no Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD), em uma escala de 1 a 5. Em entrevista publicada pelo jornal *Folha de S. Paulo*, Dantas afirmou, entre outras coisas, que os baianos só conseguem tocar berimbau “porque tem apenas uma corda”.

O debate foi suscitado por Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), que considerou a declaração “ofensiva, preconceituosa e des-

respeitosa com o povo brasileiro”, e fruto de “pura discriminação racial”. Ele e Paulo Paim (PT-RS), que preside a CDH, apresentaram voto de repúdio.

– Racismo é crime, não prescreve. Ele precisa ser processado – protestou Paim.

César Borges (PR-BA) requereu, em nome da bancada do seu estado, voto de censura ao coordenador.

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) exigiu do reitor da UFBA, Naomar Almeida, a demissão imediata do coordenador.

– Ele foi racista e preconceituoso, se eximindo das responsabilidades do curso que coordena, pelo



César Borges requer, em nome da bancada da Bahia, voto de censura a Antônio Dantas

mau desempenho aferido durante o Enade – declarou.

O presidente Garibaldi Alves, Flexa Ribeiro (PSDB-PA) e Mão Santa (PMDB-PI) se associaram às manifestações. Serys Slhessarenko (PT-MT) parabenizou o curso de Medicina da Universidade Federal de Mato Grosso pela nota máxima obtida no Enade.

Cristovam critica cegueira educacional

O maior problema da educação superior é o quadro de deficiência dos ensinamentos fundamental e médio, segundo avaliação feita por Cristovam Buarque (PDT-DF).

“A comunidade universitária põe a culpa no salário dos professores – é verdade que não são bons –, na falta de equipamentos – é verdade que não existem –, em todos os problemas internos à universidade”, mas, ressaltou o senador, “é cegueira não ver além dos limites do *campus*. O problema da universidade é que apenas um terço dos nossos jovens termina o ensino médio”.

O senador disse que a declara-

ção do coordenador do curso de Medicina da UFBA, Antônio Dantas, é menos nociva pelo racismo que embute e mais pela incapacidade analítica que reflete.

– O racismo dele é uma debilidade mental, mas a cegueira quanto ao quadro educacional me preocupa mais, porque impede de ver a real dimensão do problema – ponderou.

Cristovam chamou a atenção para o fato de que muitas crianças interrompem os estudos, com o que desperdiça-se um importante capital humano. Muitas outras vencem enormes barreiras até o ensino superior, mas che-

gam com uma base intelectual muito pobre.

– O maior problema da Bahia não é o QI dos alunos, que não está em questão, mas o analfabetismo entre os adultos, que ocorre por falta de condições para que a população cumpra com todas as etapas da vida escolar – avaliou.

O parlamentar afirmou que os brasileiros são habilidosos no futebol porque desde cedo praticam o esporte.

– A bola é redonda para pobres e para ricos, mas no caso da educação nossas crianças pobres não podem brincar como as ricas.



Valadares: discrepância faz com que faltem médicos nas regiões Norte e Nordeste

Há má distribuição de cursos de Medicina, diz Valadares

Ao comentar o resultado da avaliação, feita pelo Ministério da Educação, de 103 cursos de Medicina, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) criticou a concentração de escolas desse curso nas regiões Sul e Sudeste, o que, em sua opinião, leva a uma queda na qualidade de vida nas demais regiões.

Citando dados do jornal *O Globo*, ele destacou o crescimento de 200% no número de concluintes de Medicina no Sudeste, região que dispõe de 59% do total de médicos do país. Já o Nordeste, observou, conta com apenas 21% deles.

– Essa discrepância, essa disparidade significa menor qualidade de vida para a região Nordeste, menor segurança no atendimento do setor médico às populações ali residentes – disse. Valadares afirmou ainda que, enquanto no estado do Rio de Janeiro há um médico para cada 299 habitantes, no Piauí a proporção é de 1.282 habitantes por profissional.

João Pedro espera que a Ufam melhore desempenho

João Pedro (PT-AM) cobrou do reitor da Universidade Federal do Amazonas (Ufam), Hidembergue Ordozgoith da Frota, explicações sobre o fraco desempenho do curso de Medicina no Enade. A faculdade ficou entre as 17 piores do país.

Para o senador, causa surpresa o fato de uma faculdade considerada referência em ensino e pesquisa na região Norte ter uma pontuação tão baixa nesse exame. Segundo observou, o desempenho negativo obtido pela Ufam, também aferido em relação à Universidade Federal do Pará, aponta a necessidade de o Ministério da Educação forçar a recuperação das universidades federais e também das privadas com baixa avaliação.

– Quero colaborar para que a Ufam ofereça um curso de Medicina à altura da sua importância regional – enfatizou.

João Pedro também comentou a classificação positiva que a agência de mercado financeiro internacional Standard & Poors deu ao Brasil, por meio do título de *investment grade*, fato que realça a posição de estabilidade econômica do país frente aos investidores internacionais.

– É uma vitória da política econômica – frisou, advertindo, no entanto, para as conseqüências que o risco de uma inflação pode causar a essa nova conquista.

Geovani Borges questiona ampliação de aeroporto

Geovani Borges (PMDB-AP) informou que está fazendo gestões junto à Infraero e à Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) para resolver o conflito em torno da construção da segunda pista do Aeroporto Internacional de Macapá. Segundo o senador, a Infraero mudou o local da obra, o que está levando à derrubada de casas.

Ele defende “um grande projeto habitacional” para abrigar as famílias desalojadas. A princípio, a empresa havia trocado a ampliação do aeroporto pela construção de uma avenida cruzando Macapá.

– O Plano Diretor da cidade veta a construção da pista, o que inviabiliza a pretensão da Infraero – disse o senador.

Kátia Abreu: “Denunciem violência contra criança”

Ao comentar o caso da menina Isabella Nardoni, morta há cerca de um mês, Kátia Abreu (DEM-TO) conclamou toda a sociedade brasileira a denunciar crimes de agressão contra crianças. A senadora disse que o governo deve investir na instalação de delegacias da criança e do adolescente por todo o país e sugeriu que as prefeituras capacitem os professores das escolas públicas para identificarem estudantes agredidos ou sob risco de agressão.

– Todos podem denunciar, até anonimamente – frisou.

Simon teme “glamourização da barbárie” na mídia

Na opinião de Pedro Simon (PMDB-RS), a sociedade vem perdendo valores fundamentais, como a ética. O senador manifestou seu temor pela “glamourização da barbárie”, a partir de episódios como o assassinato da menina Isabella Nardoni, fartamente noticiado pela imprensa, ou do menino João Hélio, arrastado por assaltantes pelas ruas do Rio de Janeiro há um ano.

– O que deu errado no projeto do homem? – indagou.

Simon afirmou que instituições antes inspiradoras de valores formadores do caráter, como a

Raupp cobra restauração de rodovias em Rondônia

Valdir Raupp (PMDB-RO) apelou ao governo federal para que sejam iniciadas imediatamente as obras de restauração das rodovias federais em Rondônia. Segundo o senador, este é o melhor período do ano para a execução das obras, previstas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– É preciso urgência, pois temos de cinco a seis meses de verão amazônico, que vai de maio a outubro. Nos outros seis meses, as chuvas são intensas – explicou.

Raupp citou entre as prioridades a restauração completa da BR-364 e o asfaltamento da BR-429.

Kátia Abreu manifestou o receio de que o crime contra Isabella atemorize as crianças, pois muitas têm pais separados, padrastos e madrastas.

– Um pai pode ter matado a própria filha, ou a madrasta. O que estarão pensando as crianças? A família e os professores não podem fugir desse assunto – afirmou.

A senadora lamentou que em Palmas (TO) já tenham ocorrido, apenas neste ano, 78 casos de violência contra crianças, resultando em três mortes.

família, a escola e a Igreja, perderam sua posição para a TV e o computador.

No Brasil, uma criança é morta a cada dez horas, muitas vezes por membros da própria família, que deveria protegê-la, observou. Para ele, falta diálogo e sobram consumo e disputa fratricida no lugar da competição sadia.

– Se desejarmos outra realidade, a do ser, e não a do ter, e se quisermos manter os mesmos valores, mais preciosos, é preciso que recuperemos dois princípios básicos e fundamentais: coerência e ética – frisou.

Fátima Cleide comemora evento sobre homossexuais

O lançamento da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Transexuais e Transgêneros – a comunidade GLBTT – foi comemorado por Fátima Cleide (PT-RO). O evento será coordenado pela Subsecretaria de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos da Presidência da República.

A conferência, que será realizada em Brasília de 6 a 8 de junho, integra a programação em comemoração aos 60 anos da edição da Declaração Universal dos Direitos Humanos pela Organização das Nações Unidas

(ONU). Seu tema será “Direitos humanos e políticas públicas, o caminho para garantir a cidadania de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais”.

Fátima Cleide registrou ainda o assassinato do petista Edson Dutra Barros, ex-vereador do município de Alvorada d’Oeste, nas proximidades da BR-421, em Rondônia.

Segundo a senadora, possivelmente o crime foi cometido em decorrência de conflitos agrários na fazenda Catanio, em Campo Novo (RO).

Voz do Leitor

DESMATAMENTOS

“Em edições anteriores do **Jornal do Senado** vimos o papel que o Senado está desempenhando na defesa do meio ambiente, discutindo e buscando soluções relacionadas ao importante tema do aquecimento global. Entretanto, só teorizarmos não é suficiente. O Senado, junto aos órgãos competentes, deveria promover políticas públicas voltadas para a fiscalização para conter o desmatamento intenso que vem ocorrendo no Norte do país. É lamentável vermos nossas árvores centenárias sendo derrubadas e nossos animais em extinção sendo vendidos ilegalmente no exterior. A quantidade de agentes do Ibama não é mais suficiente para conter as brutalidades à fauna e à flora brasileiras. É hora de revermos as leis, de efetivarmos penas para essa espécie de criminoso, além de outros meios de fiscalização e atuação de órgãos como o Ibama.”

Talita de Castro Tobaruela, de Fortaleza (CE)

VIOLÊNCIA NO TRÂNSITO

“É meu desejo ver apresentado e aprovado, o mais rápido possível, um projeto de lei mudando a tipificação do crime no caso de motoristas que se embriagam e por isso se envolvem em acidentes fatais. O condutor que dirige alcoolizado deverá ser autuado por homicídio doloso, do tipo dolo eventual, quando a pessoa não quer o resultado, mas com sua conduta assume o risco de produzi-lo. É necessário aplicar penas rigorosas para enfrentar os assassinos motorizados.”

Francisco Marcos de Lima, de Barbalha (CE)

COLÔMBIA E EQUADOR

“O recente episódio envolvendo Colômbia e Equador, por mais que tenha sido resolvido no plano da diplomacia

imediate, da conversa e do acordo, não está descolado da realidade, mostrando que esta crise tem a ver com os interesses norte-americanos na região, que há algum tempo estavam esquecidos. O presidente Hugo Chávez, da Venezuela, não é bobo, e prevendo uma ofensiva se preparou comprando armamentos russos. Já o presidente da Colômbia, Álvaro Uribe, monta seu parque de guerra apoiado nos bilhões de dólares recebidos do Plano Colômbia, com a desculpa de combater a guerrilha e o tráfico. Mas quem garante que são esses realmente os interesses de tais atores? E o Brasil, como se posiciona no caso?”

Rafael Dantas, de Ourinhos (SP)

DE OLHOS ABERTOS

“A política no Brasil vive momentos vergonhosos e a população está cansada de tantas promessas não cumpridas. É preciso abrir os olhos na hora de escolher os novos representantes da política nacional, para que erros não se repitam.”

Francisca Milena Araújo, de Acaraú (CE)

TRANSPARÊNCIA

“Concordo em gênero, número e grau com o leitor Dorval Capella (6/2) sobre a não-divulgação dos dados referentes aos cartões corporativos. Que o portal Transparência Brasil continue publicando as informações. Fique o presidente Lula sabendo que o povo tem obrigação moral de conhecer o conteúdo desses gastos. É o povo que paga a conta e não o presidente, e muito menos os que vivem em sua aba. Fique o presidente e os parlamentares cientes de que estamos seguindo certinho o recado da propaganda da Justiça eleitoral. Estamos de olho em quem votamos.”

Luiz Fernando Costa, de Niterói (RJ)

Sugestões, comentários e críticas podem ser enviados por carta (Praça dos Três Poderes, edifício Anexo I, Senado Federal, 20º andar, CEP 70165-920, Brasília-DF), e-mail (jornal@senado.gov.br) ou telefone (0800 61-2211).

Pergunte ao senador

Webson Berto dos Santos, Lagoa do Itaenga (PE)

“Por que a Justiça é lenta para julgar os crimes contra a vida, o bem maior do ser humano?”

O senador Magno Malta (PR-ES) responde:

Na verdade, a Justiça é lenta para julgar todos os tipos de crimes e não apenas aqueles contra a vida. A falta de recursos e de juízes, além da burocracia, faz com que os processos se acumulem durante anos até serem julgados. Lamento profundamente que isso ocorra. O tempo acaba trabalhando a favor dos criminosos e a falta de julgamento traz um sofrimento ainda maior para as famílias que clamam por justiça. Acredito, prezado Webson, que num primeiro momento o Judiciário poderia, como nas filas para os transplantes, dar prioridade aos casos mais graves, até que se adotem medidas que acabem com a morosidade que existe hoje. Assim, será possível colocar na cadeia aqueles que cometem crimes graves, pondo fim à impunidade que assistimos no país.



Agora é lei

Lei muda fuso no Acre, Amazonas e Pará

A lei aprovada pelo Congresso que diminui de quatro para três o número de fusos horários no Brasil foi sancionada pelo presidente da República e entrará em vigor 60 dias após a publicação no *Diário Oficial* (25 de abril), alterando os fusos no Amazonas, Acre e Pará. O Acre, com duas horas atrás em relação ao Distrito Federal, ficará com uma hora de diferença. No Pará, o horário será o mesmo do DF em todo o estado. No Amazonas, todo o estado terá apenas uma hora de atraso.

A Lei 11.662/08, de acordo com o autor, senador Tião Viana (PT-AC), reduzirá os contratemplos de acreanos e amazonenses com um fuso horário tão dispar em relação ao Centro-Sul, situação que se complica ainda mais com o horário de verão, quando a diferença no horário do Acre e em parte do Amazonas sobe para três horas em relação ao do DF e dos estados do Sudeste, Sul e Centro-Oeste. Com a mudança, o horário do Acre e dos municípios amazonenses de Atalaia do Norte, Benjamin Constant, Eirunepé, Envira e Ipixuna vão passar a ser o mesmo dos demais estados do Norte: de uma hora a menos em relação ao das demais regiões.

Tião Viana avalia que a redução permanente de uma hora no fuso horário permitirá maior integração da parte mais ocidental do Brasil com o sistema financeiro do resto do país, facilitará as comunicações e o transporte aéreo e resultará em participação mais efetiva do Acre e de parte do Amazonas na vida econômica, política e cultural dos centros mais desenvolvidos.

O território brasileiro, hoje, é dividido em quatro fusos horários, fixados pelo decreto que determina a hora legal (Decreto 2.784/13). O primeiro fuso, de uma hora a mais em relação ao DF, engloba Fernando de Noronha, Atol das Rocas, Penedos de São Pedro e São Paulo, Ilha da Trindade e Ilhas Martins Vaz. A hora oficial segue o fuso do DF, que engloba os estados do Sul (RS, SC e PR), Sudeste (SP, MG, RJ e ES), Nordeste (BA, SE, AL, PE, PB, RN, CE, PI, MA), Goiás, Tocantins, Amapá e Pará (a leste do rio Xingu). Os outros dois fusos têm horas inferiores: Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Rondônia, Roraima, Amazonas (a leste da linha que liga Tabatinga a Porto Acre, no Acre) e Pará (a oeste do rio Xingu) têm uma hora a menos em relação ao Distrito Federal. Já o fuso do Acre e do Amazonas (a oeste da linha que liga Tabatinga a Porto Acre), de duas horas a menos em relação ao DF, agora será de uma hora.

Frases

“O que fizemos com o Paraguai foi um gesto de generosidade na construção de Itaipu e queremos que esse gesto seja, cada vez mais, a união dos nossos países e não uma dor de cabeça para o Brasil”

José Sarney, contestando a campanha do presidente eleito do Paraguai, Fernando Lugo, para quem o Brasil é “espoliador e um país imperialista”.

“Calculo um número próximo de 500 milhões de pessoas no mundo que passaram a comer muito mais do que comiam antes. E é isso que está retirando os produtos das prateleiras dos supermercados”

Sibá Machado, rebatendo a tese de que a produção de biocombustíveis contribui para a escassez de alimentos.

“Amanhã, se a avaliação não for a mesma, você vai mudar a Constituição?”

Garibaldi Alves, sobre pesquisa da CNT/Sensus em que 50,4% dos entrevistados apoiaram um terceiro mandato para Lula.

“Por que ele vai trocar o sucessor mais a possibilidade de, se quiser, voltar em 2014 (e depois, se não for mudada a regra, se reeleger) por um terceiro mandato, que inclusive seria uma afronta à Constituição?”

Ideli Salvatti, ao garantir que o presidente Lula é contra um terceiro mandato.

“Se o governo pode pagar R\$ 4,2 bilhões a mais em juros e gastar com a TV pública e os cartões corporativos, por que não tem R\$ 5 bilhões para a saúde?”

José Agripino, em defesa da Emenda 29.

“Racismo é crime, não prescreve e ele precisa ser processado”

Paulo Paim, sobre o coordenador da Escola de Medicina da Universidade Federal da Bahia, Antônio Dantas, por ter atribuído o mau desempenho do curso ao “baixo QI dos baianos”.

“Eu temo pela glamourização da barbárie”

Pedro Simon, sobre os assassinatos de Isabella Nardoni e João Hélio, fartamente noticiados.

Foto da Semana

Mineiro de Lavras, **Artur Andrade** foi um dos destaques da homenagem realizada semana passada pelos 48 anos da capital federal. Quando a cidade nasceu, seu Andrade já era um cinquentão. Agora, aos 101 anos, fez questão de participar da cerimônia ao lado de outros pioneiros, representados na Mesa pelo médico **Ernesto Silva**. Seu Andrade recebeu a própria homenagem do presidente do Senado, **Garibaldi Alves**



JOSÉ CRUZ



Garibaldi Alves (E), Flexa Ribeiro, Agaciel Maia, Reco do Bandolim e Helival Rios durante oficialização de parceria que já dura dez anos

TV Senado e Clube do Choro formalizam convênio

Uma parceria informal de quase dez anos tornou-se, na semana passada, um convênio formal entre a TV Senado e o Clube do Choro. O clube, que há 30 anos atua em Brasília, recebeu, na última terça-feira, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), o título de Patrimônio Cultural Imaterial da cidade.

Desde 1999, a TV Senado grava os *shows* promovidos pelo Clube do Choro e os transmite em sua programação de fim de semana. Cópias dessas gravações são dis-

ponibilizadas para o acervo do clube no intuito de se formar um material que preserve a cultura e o trabalho dos músicos que lá se apresentam.

O convênio foi assinado pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, pelo diretor da Secretaria de Comunicação Social, Helival Rios, pela diretora da TV Senado, Virgínia Galvêz, e pelo presidente do Clube do Choro, Henrique Lima Santos Filho, conhecido como Reco do Bandolim.

Presente à cerimônia, o presidente Garibaldi Alves Filho afirmou que o clube representa o

que há de mais genuíno e autêntico na música brasileira.

– Congratulo-me com o Clube do Choro e desejo que continue cantando mais, fascinando mais e encantando mais a todos os amantes da música popular brasileira – declarou.

Já Reco do Bandolim salientou que, nos anos da parceria informal, foram gravados 140 programas, que são assistidos na América Latina, Japão, Estados Unidos e França. Ele afirmou que a TV Senado contribuiu para a divulgação do clube e ajudou a atrair os artistas da França, Ingla-

terra e Estados Unidos, que nele passaram a se apresentar.

– É um grande conforto e uma grande esperança ter o Senado como aliado da cultura brasileira, pronto a defender as mais genuínas manifestações populares – disse Reco do Bandolim.

A cerimônia foi encerrada com a apresentação de *Carinhoso*, de Pixinguinha, *Aquarela do Brasil*, de Ari Barroso, e *Brasileirinho*, de Waldir Azevedo, em homenagem ao Dia Nacional do Choro, comemorado em 23 de abril, data do nascimento do compositor e instrumentista Pixinguinha.

Um cadastro nacional para adoção

O supervisor da seção de adoção da Vara da Infância e da Juventude do Distrito Federal, Walter Gomes de Sousa, fala no programa *Fique por Dentro da Lei*, da Rádio Senado, sobre o Cadastro Único de Adoção, criado recentemente, e sobre as regras a serem seguidas pelas pessoas interessadas em adotar crianças. O programa vai ao ar nesta terça-feira, às 8h30.

Rádio debate crise mundial de alimentos

A alta de 57% nos preços dos alimentos entre 2007 e 2008 trouxe sérias preocupações aos organismos internacionais, como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial (Bird) e o Fundo Monetário Internacional (FMI). De acordo com o Banco Mundial, por causa da alta dos preços da comida, 100 milhões de pessoas podem ultrapassar a linha que separa a pobreza da miséria absoluta. Para quem vive nesse limite, isso significa a fome. Este é o tema do *Conexão Senado* desta segunda-feira, ao meio-dia, em que a Rádio Senado debate o assunto com especialistas e parlamentares.



SÁBADO

1h - Cidadania Debate
2h - Leituras
2h30 - Diplomacia
3h30 - Cidadania Entrevista
4h - Alô Senado
4h15 - Ecosenado
4h30 - De coração
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - Alô Senado (reprise)
7h15 - Ecosenado (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - De coração (reprise)
8h30 - TV Brasil Internacional
Hecho a Mano
9h30 - Leituras
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica?
11h - Parlamento Brasil
11h30 - Diplomacia

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Alô Senado
13h15 - Ecosenado (reprise)
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Conversa de Músico
15h30 - Mesa Brasileira
16h30 - Especial – Cartas ao País dos sonhos
17h40 - Cidadania Entrevista
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Alô Senado
20h - Leituras
20h30 - Ecosenado (reprise)
21h - Parlamento Brasil
21h30 - Especial (reprise)
22h40 - Diplomacia
23h30 - De coração (reprise)
24h - Espaço Cultural

DOMINGO

1h - Cidadania Debate
2h - Alô Senado
2h15 - Ecosenado (reprise)
2h30 - Diplomacia -
3h30 - Cidadania Entrevista -
4h - Leituras
4h30 - De coração (reprise)
5h - Conversa de Músico
6h - Cidadania Debate
7h - TV Brasil Internacional (reprise)
7h30 - Cidadania Entrevista
8h - Leituras
8h30 - De coração (reprise)
9h - Diplomacia
10h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
11h - Alô Senado
11h15 - Ecosenado (reprise)
11h30 - Especial

12h30 - Cidadania Entrevista
13h - Parlamento Brasil
13h30 - Cidadania Debate
14h30 - Espaço Cultural (reprise)
16h - Mesa Brasileira (reprise)
17h - Diplomacia
18h - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)
19h - Cidadania Debate
19h45 - Conversa de Músico
20h30 - Leituras
21h - Mesa Brasileira (reprise)
22h - Especial (reprise)
23h10 - Parlamento Brasil
23h40 - De coração (reprise)
24h10 - Quem Tem Medo da Música Clássica? (reprise)

SÁBADO

6h - Matinas
7h - Música e informação
9h - Prosa e Verso
9h30 - Música e informação
10h - Reportagem Especial
10h30 - Música e informação
11h - Música Erudita
12h - Senado Resumo
12h30 - Música e informação
14h - Cine Musical
14h15 - Música e informação
15h - Autores e Livros
15h20 - Música e informação
16h - Música do Brasil
17h - Música e informação
18h - Improviso Jazz
19h - Senado Resumo
19h30 - Música e informação
20h - Escala Brasileira
21h - Música e informação

22h - Cine Musical
22h15 - Música e informação

DOMINGO

6h - Matinas
7h - Música e informação
8h - Brasil Regional
9h - Autores e Livros (reprise)
9h20 - Música e informação
10h - Cine Musical
10h15 - Música e informação
11h - Música do Brasil
12h - Música e informação
15h - Música Erudita (reprise)
16h - Prosa e Verso (reprise)
16h30 - Música e informação
17h - Reportagem Especial
17h30 - Música e informação
20h - Jazz & Tal
21h - Música e informação

De segunda a sexta-feira, a programação da Rádio Senado e da TV Senado dedica-se prioritariamente à transmissão ao vivo das sessões realizadas no Plenário e nas comissões. Não havendo sessão, as emissoras transmitem reuniões de comissões que não puderam

ser transmitidas ao vivo, programas jornalísticos sobre as atividades dos senadores, reportagens especiais sobre temas em discussão na Casa e reprises de sessões. No caso da Rádio Senado, a programação inclui também seleções musicais.

Como sintonizar

TV A CABO: NET, TVA e Video Cabo
TV POR ASSINATURA: Sky (canal 118), Directv (217) e Tecsats (17)

UHF: João Pessoa (canal 40), Fortaleza (43), Brasília (canais 36 e 51), Salvador (53), Recife

(55) e Manaus (57).
ANTENA PARABÓLICA
Sistema analógico: Satélite - B1
Transponder - 11 A2
Polarização: Horizontal
Frequência - 4.130 MHz
Sistema digital: Satélite - B1

Transponder - 1 Banda Estendida, Polarização: Vertical
Frequência - 3.644,4 MHz
Frequência (Banda - L) - 1.505,75 MHz
Antena - 3,6 m
PID - Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110

Receptor de Vídeo/Áudio
Digital NTSC MPEG-2 DVB
Symbol Rate - 3,2143Ms/s
FEC - ¾

Como sintonizar

FM
Frequência de 91,7MHz, em Brasília e regiões vizinhas
ONDAS CURTAS
Frequência de 5990 KHz, na faixa de 49 metros no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e norte de MG
INTERNET

No endereço www.senado.gov.br/radio, por meio do Real Player ou Windows Media Player
ANTENA PARABÓLICA
Aponte a antena para o satélite Brasilsat B1 e ajuste o receptor na frequência 4.130 MHz; polarização: horizontal; e transponder - 11 A2

SENADO

Controle dos gastos públicos em discussão

A Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) realizará um ciclo de debates, nos meses de maio e junho, para discutir o tema “Controle público – instrumento de cidadania”.

Requerido por Renato Casagrande (PSB-ES), o ciclo terá como objetivo analisar e repensar os modelos de controle interno e externo de gastos públicos, com vistas ao seu aperfeiçoamento. As sugestões serão sistematizadas para a apresentação de propostas de aperfeiçoamento das regras atuais de controle da

gestão pública.

– Os reclamos da sociedade, ressoados nas diversas operações no país desencadeadas pelas políticas Federal e estaduais, demonstram que estamos diante de um sistema de controle que necessita de urgente análise e discussão – disse Casagrande.

O programa do ciclo está dividido em cinco reuniões, com início às 9h. Cada uma terá um tema específico.

A primeira audiência está marcada para esta quinta-feira. Será coordenada por Casagrande e terá como tema “Instituições e padrões de controle – diagnósti-

co e soluções”. O senador falará sobre o papel do Legislativo no controle da gestão pública. Entre os convidados estão o presidente do Tribunal de Contas da União (TCU), Walton Alencar Rodrigues; e o ministro do Planejamento, Paulo Bernardo.

As palestras ocorrerão até 12 de junho, sempre às quintas-feiras. Os temas serão “Instrumentos e procedimentos de controle – a prevenção de fraude e desperdícios”; “A repressão aos atos irregulares”; “As organizações de controle”; e “Sistema político e orçamentário no controle da administração pública”.

Atividades do Ano Cultural do Senado

O presidente do Senado, Garibaldi Alves, abre nesta terça-feira, às 12h, as atividades da Comissão Especial “2008 – Ano Cultural do Senado Federal”.

Formada por um grupo de servidores e coordenada pelos senadores Demostenes Torres (DEM-GO) e Marco Maciel (DEM-PE), idealizadores do projeto, a comissão apresentará a proposta-base de uma programação de atividades culturais

a serem desenvolvidas na Casa de maio a dezembro deste ano. O 1º Secretário da Mesa, Efraim Moraes, também deverá comparecer ao evento.

Entre as atividades programadas estão um *show* em homenagem aos 50 anos da bossa nova, ciclos de debates e seminários, exposições, mostras de filmes e lançamentos de livros. A idéia, de acordo com o ato que deu origem à comissão, é associar

eventos de apelo popular a outros de caráter mais acadêmico.

As atividades da programação serão abertas ao público e transmitidas pelos veículos de comunicação do Senado. Na cerimônia de lançamento, será apresentado o selo com a logomarca da comissão e exibidos trechos do vídeo “Manuel Bandeira: 40 anos de ausência”, produzido pela TV Senado.

Aberto Ciclo de Conferências da Unilegis

O Ciclo de Conferências 2008, promovido pela Universidade do Legislativo Brasileiro (Unilegis), foi aberto na segunda-feira passada pelo diretor-geral do Senado, Agaciel Maia, que falou da importância da qualificação dos funcionários do Senado.

– O Congresso Nacional é o para-raios de todas as discussões nacionais. Todas as construções socioeconômicas e políticas do Brasil foram feitas no Legislativo. A qualificação dos funcionários com o tempo cria um antídoto para qualquer processo ditatorial – disse.

A primeira das conferências do ciclo foi sobre “Investigação científica: relatos de pesquisa”. Os professores-pesquisadores Caetano Araújo, Rita de Cássia Leal e Leany Lemos, da Unilegis, e Carlos Pio e Marisa Von Bullow, da Universidade de Brasília (UnB), discutiram o assunto sob a ótica das pesquisas que adotam o Poder Legislativo como parte importante do objeto de investigação.



Primeira conferência deste ano reuniu professores-pesquisadores da Unilegis e da Universidade de Brasília

O ciclo é aberto aos servidores do Senado e aos alunos dos cursos de pós-graduação *lato sensu* da Unilegis, além de outros interessados.

Nos dias 15 e 16 de maio, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Universidade de Brasília (UnB) promoverão, no auditório Dois Candangos da UnB, o Seminário

Internacional Estudos Legislativos em Perspectiva Comparada.

O evento, que reunirá especialistas renomados de instituições nacionais e internacionais, foi organizado para comemorar e debater os 20 anos da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.

As inscrições são gratuitas e podem ser feitas pelo site da Unilegis (www.senado.gov.br/unilegis).

Presidência



Ao lado do presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia, e do ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Reinhold Stephanes, o presidente do Senado, Garibaldi Alves, participou, na quarta-feira passada, da 4ª Edição Especial dos Melhores Cafés do Brasil, evento realizado no Brasília Alvorada Hotel. Garibaldi destacou o papel desempenhado pela imigração japonesa na qualidade do café brasileiro.

– Quero cumprimentar a comunidade japonesa, que veio para cá se incorporar ao nosso esforço de produzir o melhor café do mundo. Eu queria dizer que isso se deu há cem anos, quer dizer, os japoneses acreditaram mesmo no Brasil. Merecem, portanto, as nossas homenagens, porque o Brasil de cem anos atrás certamente não oferecia tantas perspectivas, tantas vantagens como hoje oferece àqueles que querem investir no país – afirmou Garibaldi.

O presidente do Senado observou ainda que o Brasil deve à Associação Brasileira da Indústria de Café (Abic) o pioneirismo que levou o país a viver hoje uma fase áurea na qualidade e na exportação desse produto.

– Certamente, isso se deve à iniciativa dos senhores reunidos hoje nessa associação – ressaltou Garibaldi.

Seminário debate propostas de reforma tributária

O seminário “Reforma tributária e transferências fiscais entre União, estados e municípios” será aberto por Garibaldi Alves Filho nesta sexta-feira, às 9h, no Auditório Interlegis. Promovido pelo Banco Mundial e pela Consultoria Legislativa do Senado, com o apoio do Programa Interlegis, o evento será transmitido por meio de videoconferência para as assembleias legislativas e câmaras municipais brasileiras.

A abertura do seminário contará com a presença do diretor do Banco Mundial para o Brasil, John Briscoe; do diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia; e do diretor da Secretaria Especial do Interlegis, Márcio Marques.

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ), relator da Subcomissão Temporária de Reforma Tributária, que funciona no âmbito da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), abordará a proposta da subcomissão para um novo sistema tributário. O secretário-

adjunto de Desenvolvimento e Investimento da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda, André Paiva, apresentará, logo após a abertura do seminário, a proposta de reforma tributária apresentada pelo Poder Executivo (PEC 233/08).

O tema “Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma” será tratado pelo consultor legislativo Marcos Mendes. O evento terá ainda a participação do secretário de Política Econômica do Ministério da Fazenda, Bernard Appy; do professor do Departamento de Economia da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro Rogério Werneck; e do economista do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea) Rogério Boueri Miranda; entre outros.

A inscrição para o seminário pode ser realizada na página do Interlegis (www.interlegis.gov.br).

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Garibaldi Alves Filho
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Alvaro Dias
1º Secretário: Efraim Moraes
2º Secretário: Gerson Camata
3º Secretário: César Borges
4º Secretário: Magno Malta
Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro
Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

JORNAL DO SENADO

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretora de Jornalismo: Maria da Conceição Lima Alves
Diretor do Jornal do Senado: Davi Emerich (61) 3311-3333
Editor-chefe: Flávio Faria
Edição: Djalba Lima, Eduardo Leão, Edson de Almeida, João Carlos Teixeira, José do Carmo Andrade, Juliana Steck, Suely Bastos e Valter Gonçalves Júnior.
Reportagem: Cíntia Sasse, Janaina Araújo, Mikhail Lopes, Paula Pimenta, Sylvio Guedes e

Thâmara Brasil.

Diagramação: Iracema F. da Silva, Henrique Eduardo, Osmar Miranda, Bruno Bazílio e Sergio Luiz Gomes da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Oscar

Arquivo Fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e Atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

Agência Senado

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Moisés de Oliveira (61) 3311-1670

Edição: Maria Lúcia Sigmaringa e Rita Nardelli (61) 3311-1151

www.senado.gov.br/jornal

E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar 70165-920 Brasília (DF)

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado em conjunto com a equipe de jornalistas da Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Violência disfarçada de brincadeira

Todos os dias, pessoas do mundo todo sofrem com um tipo de violência que ocorre disfarçada de “brincadeira”, mas que causa dor, angústia e sofrimento. É o chamado **bullying**, que são atos de agressão física ou psicológica, sem motivação, intencionais e repetidos,

Essa palavra inglesa, que ainda não tem uma versão em português, deriva de *bully*, que significa “valentão” (o autor das agressões).

Bullying atinge 45% dos alunos do ensino fundamental

Segundo o Centro Multidisciplinar de Estudos e Orientação sobre o *Bullying* Escolar, no Brasil esse tipo de violência atinge 45% de alunos do ensino fundamental, entre agressores, vítimas e vítimas/agressores (é freqüente a vítima também praticar *bullying* contra uma terceira pessoa ou grupo).

As principais vítimas são crianças em torno dos 11 anos e com alguma característica marcante (obesidade, baixa estatura etc.). Em geral, são meninos e meninas tímidos, com poucos amigos, que têm

dificuldade em reagir contra as agressões e um forte sentimento de insegurança que os impede de pedir ajuda.

Os agressores costumam ter entre 13 e 14 anos, capacidade de liderança e gosto em mostrar poder. Em muitos casos são mimados pelos pais, que exercem pouca ou nenhuma supervisão sobre suas atividades. Cerca de 60% são meninos.

Já as testemunhas, a grande maioria dos alunos, convivem com a violência e se calam pelo medo de se tornarem as “próximas vítimas”.

Como acontecem as agressões

O *bullying* ocorre sempre num relacionamento em que há um desequilíbrio de poder entre agressor e vítima e pode ser:

- ⇒ **Físico** – agredir, bater, chutar, empurrar, ferir, perseguir.
- ⇒ **Material** – quebrar pertences, roubar.
- ⇒ **Moral** – difamar, caluniar, espalhar fofocas.
- ⇒ **Psicológico** – amedrontar, aterrorizar, discriminar, dominar, excluir, ignorar, intimidar, isolar, tyrannizar.
- ⇒ **Sexual** – abusar, assediar, insinuar.
- ⇒ **Verbal** – apelidar, criticar, gozar, humilhar, ofender, xingar, ridicularizar.
- ⇒ **Virtual** – praticado por meio do celular ou internet, como mensagens de texto,

O desrespeito e a violência usados em certos treinamentos militares também são bullying

blogs e sites.

- ⇒ **Direto** – em geral, praticado por meninos (roubo do lanche, destruição ou quebra de pertences da vítima, agressão).
- ⇒ **Indireto** – a forma preferida das meninas e crianças pequenas, que força a vítima ao isolamento social por meio de fofocas e da recusa em socializar-se com ela.

Seu filho é vítima?

Veja quais são os principais sinais do problema:

- ⇒ A criança começa a arrumar motivos ou desculpas para não ir à escola.
- ⇒ Pede para mudar de sala ou de escola sem motivo.
- ⇒ Tem medo de ir ou de voltar sozinho da escola.
- ⇒ Está desmotivada, tem queda de rendimento ou dificuldades de concentração e de aprendizagem.
- ⇒ Pára de falar sobre a escola.
- ⇒ Volta da escola irritada ou triste, machucada ou com as roupas ou materiais sujos ou danificados.
- ⇒ Muitas vezes parece contrariada, deprimida, aflita.
- ⇒ Tem dificuldades em relacionar-se e em fazer amizades, ou troca de amizades

subitamente.

- ⇒ Age de forma estranha, isola-se e não quer contato com outras pessoas a não ser os familiares.
- ⇒ Tem problemas para dormir e tem mudanças de humor.
- ⇒ Tem comportamento agressivo em casa (às vezes a criança que sofre *bullying* pode descontar nos irmãos).

As vítimas, dependendo de suas características individuais e de sua relação com os ambientes em que vivem, em especial a família, podem não superar os traumas sofridos na escola. Dificuldades em tomar iniciativas ou de se expressar e sentimentos negativos – especialmente baixa auto-estima, causados ou agravados pelo *bullying* – irão atrapalhar seus relacionamentos pessoais e profissionais.

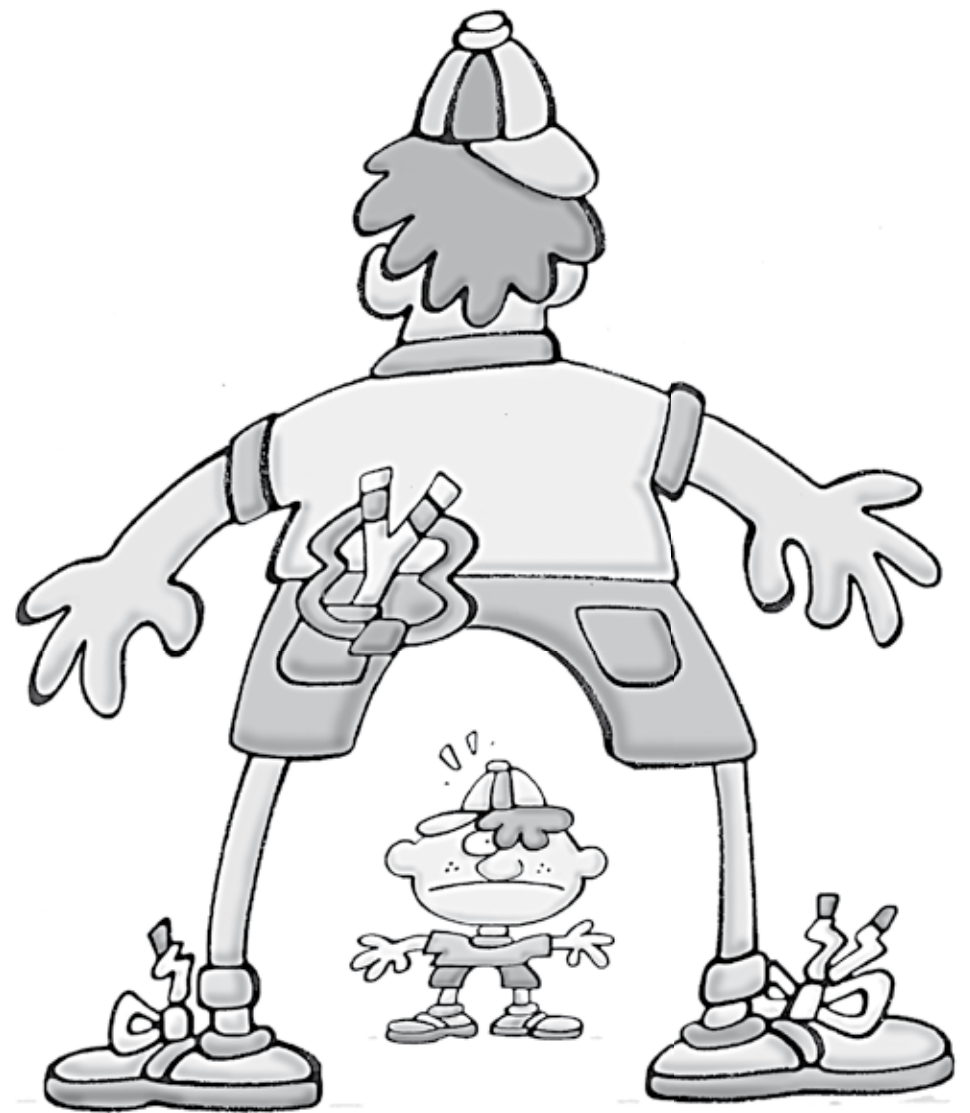
O que fazer?

- ⇒ Escute seu filho, redobre sua atenção ao que ele diz.
- ⇒ Converse com ele. Tente uma sondagem, perguntando, por exemplo, “como você se sente quando está na escola?”
- ⇒ Lembre-se de abraçá-lo sem motivo, apenas pelo prazer de estar com ele.
- Se seu filho está sendo, de fato, vítima de *bullying* na escola:
- ⇒ Leve o assunto a sério.
- ⇒ Não pense que o *bullying* acabou porque seu filho parou de falar sobre ele.
- ⇒ Encoraje-o a conseguir aliados entre os colegas.
- ⇒ Sugira maneiras de ele reagir ao agres-

sor com firmeza.

- ⇒ Lembre-o de pedir a ajuda de um adulto.
- ⇒ Reforce a auto-estima dele, lembre-o de que você o ama.
- ⇒ Procure a escola e os outros pais e conte o que está acontecendo, mesmo que seu filho seja contra a idéia.
- O que não fazer:**
- ⇒ Dizer a ele que o que está ocorrendo é normal.
- ⇒ Dizer que ele está muito sensível.
- ⇒ Culpá-lo pelo *bullying*.
- ⇒ Dizer que os colegas estão apenas brincando.

praticados por uma pessoa ou grupo de pessoas com o objetivo de intimidar ou agredir outra pessoa (ou grupo). Pesquisas recentes revelam que esse comportamento pode acarretar sérias conseqüências, como a diminuição da auto-estima e as dificuldades de relacionamento.



O papel da escola

- ⇒ Conscientizar.
 - ⇒ Oferecer atividades que trabalhem valores como a tolerância e a solidariedade e que canalizem a imensa energia própria da idade.
 - ⇒ Ensinar os alunos a conviver e respeitar as diferenças.
 - ⇒ Monitorar permanentemente pátios, banheiros, a hora do recreio etc.
- Ao escolher uma escola, pergunte sobre *bullying*. Se a instituição não conhece o assunto, não desenvolve programas para coibir ou afirma que nunca houve *bullying* entre seus alunos, evite-a.

E se ele for o agressor?

Mais difíceis de detectar, os sinais de que a criança pode estar praticando *bullying* são:

- ⇒ Não se importa com notas, trabalhos, deveres etc.
- ⇒ Volta da escola com ar de superioridade, mostrando ou tentando impor sua autoridade.
- ⇒ Não tolera situações ou aspectos das pessoas que o desagradam.
- ⇒ Costuma resolver problemas usando força física ou psicológica.
- ⇒ É hostil, desafiante e agressivo com os pais e irmãos.
- ⇒ Volta da escola com objetos ou dinheiro sem justificar sua origem.

Se o seu filho pratica *bullying*:
⇒ Não ignore o fato ou procure desculpas para as suas atitudes.

- ⇒ Observe-o atentamente, sem críticas.
 - ⇒ Converse com ele com muita tranquilidade e calma, buscando encontrar as razões do *bullying*.
 - ⇒ Reflita sobre o modelo de educação que você está oferecendo.
 - ⇒ Não bata ou imponha castigos muito severos, que só provocam raiva e ressentimento.
 - ⇒ Procure psicólogos ou profissionais que possam auxiliá-lo.
 - ⇒ Dê a ele segurança e amor.
 - ⇒ Incentive a mudança de atitude e elogie cada conquista.
 - ⇒ Procure a direção da escola
- Aqueles que praticam *bullying* podem levar para a vida adulta o mesmo comportamento, adotando atitudes agressivas com a família ou no ambiente de trabalho.

Saiba mais

Algumas das fontes desta edição:
Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e à Adolescência (Abrapia)
Rua Fonseca Teles, 121, 2º andar - São Cristóvão - Rio de Janeiro (RJ)
CEP 20940-200 - Tel.: 021 2589-5656
www.abrapia.org.br - www.bullying.com.br
Centro Multidisciplinar de Estudos e

Orientação sobre o Bullying Escolar (Cemeobes)
SGAS 609, cj. E, sala 308, Colégio Pio XII Dromos - Fundação Universa Brasília (DF) - CEP 70200-609
061 3442-7573
www.bullying.pro.br
Observatório da Infância
www.observatorioidainfancia.com.br